



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 3/24

FL N.º 67

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 29 DE ABRIL DE 2024

N.º 3/2024/AM

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho; -----

HORA: Sessão agendada para as 20 horas do dia 29 de abril de 2024; -----

Mesa (CDS/PP); -----

O Presidente da Assembleia Municipal: Manuel Miguel Pinheiro Paiva; -----

1º Secretário: Jorge Manuel Santos Silva; -----

2ª Secretária: Rita Alexandra Alves Casal. -----

Membros eleitos pelo CDS/PP; -----

- José António Abrantes Soares de Almeida; -----

- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias; -----

- Ricardo Jorge da Costa Oliveira, em suplência de Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá; -----

- José do Nascimento Peres; -----

- José Augusto Tavares Ferreira; -----

- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro; -----

- Daniel Alexandre Martins Gonçalves; -----

- Manuel Domingos Fernandes de Almeida; -----

- Vítor Miguel Brandão Soares, em suplência de Alexandra Pinho; -----

- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa; -----

Membros eleitos pelo PS -----

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho; -----

- Ana Raquel Tavares Pinheiro; -----

2024.04.29

- José Hermínio Tavares Fernandes; -----
- António Miguel Pinho Martins de Castro, em suplência de Diana Martins
Abrantes Leite; -----

Membros eleitos pelo PSD: -----

- João Paulo Carvalho da Silva; -----
- Ana Rita Fernandes Martins; -----
- Daniel Alexandre Martins Barbosa; -----

Presidentes das Juntas de Freguesia (CDS/PP): -----

- Arménio Tavares Lige, Arões; -----
- Nelson Fernandes de Almeida, Cepelos; -----
- Henrique Martins Pereira, Junqueira; -----
- António Luís Martins da Costa, Rôge; -----
- Sérgio Miguel Santos Soares, São Pedro de Castelões; -----
- Manuel Correia de Campos, União das Freguesias Vila Chã, Codal e Vila
Cova de Perrinho; -----

Presidente da Junta de Freguesia (PS): -----

- Vítor de Sousa Tavares, J.F. de Macieira de Cambra; -----

**Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de
setembro**, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em
representação da Câmara Municipal **o Presidente da Câmara Municipal, José
Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** e nos termos do n.º 3 da legislação atrás
referida assistiram à sessão, **os vereadores:** -----

- António Alberto Almeida de Matos Gomes; -----
- José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho; -----
- André Agostinho Martins da Silva; -----
- Tiago Correia Fernandes; -----
- Frederico da Costa Martins. -----



2024.04.29

ATA N.º 3/24

FL N.º 68

[Handwritten signature]

A sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

- a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal; -----
- b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 9 de fevereiro de 2024; -----
- c) Aprovação da ata da sessão extraordinária de 29 de fevereiro de 2024; ---
- d) Período de intervenção dos senhores deputados municipais e Presidentes de Junta de Freguesia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

- 1. Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações; -----
- 2. Prestação de Contas 2023; -----
- 3. Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2023; -----
- 4. Suspensão do PAEL; -----
- 5. Mapa de Pessoal 2024 - 1ª Alteração; -----
- 6. Segundo aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências – Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município e respetivo compromisso plurianual; -----
- 7. Concessão de acordo prévio favorável à transferência de competências do Estado para a AMP nos domínios da educação, saúde, ação social e transportes em vias navegáveis interiores; -----
- 8. Isenção do pagamento de taxas pela ocupação de lugares de estacionamento e utilização do solo a afetar a posto de carregamento de veículos elétricos; -----
- 9. Regulamento de Apoio ao Associativismo; -----

2024.04.29

10. Alteração ao Regulamento Municipal de Exercício de atividades de Comércio, Serviços e Restauração - Capítulos IV, V e VI (Feiras, Mercado Municipal e Venda Ambulante);-----

11. Apoio à União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho -
Marcha Popular de Santo António 2024. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respetivas
minutas. -----

Pelas 20 horas e 15 minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a
presença de 26 deputados municipais, **o Sr. Presidente da Assembleia
Municipal e Presidente da Mesa, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,**
cumprimentou os presentes e **declarou aberta a sessão que se realizará de
acordo com a Ordem de Trabalhos da qual deu conhecimento.** -----

COMUNICOU A AUSÊNCIA dos deputados municipais que, a seu pedido, foram
substituídos nos termos do artigo 79º da Lei 169/99, de 18 de setembro e suas
alterações, conforme se refere: -----

- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá, por motivos profissionais
(mensagem recebida em 19/04/2024) substituída por Ricardo Jorge da
Costa Oliveira; -----
- Alexandra Pinho, por motivos profissionais (mensagem recebida em
22/04/2024, ausência justificada pela Mesa), substituída a seu pedido por
Vitor Miguel Brandão Soares; -----
- Diana Martins Abrantes Leite, por motivos profissionais (mensagem
recebida em 24/04/2024, ausência justificada pela Mesa), substituída a seu
pedido por António Miguel Pinho Martins de Castro. -----



2024.04.29

ATA N.º 3/24

FL N.º 69

- Esteve ausente da sessão a deputada municipal Rosária de Fátima Leite Tavares, por motivos de saúde (mensagem recebida em 27/04/2024 e documento comprovativo, ausência justificada pela Mesa). -----

O SR. PRESIDENTE DA MESA DEU INÍCIO AOS TRABALHOS DA SESSÃO: --

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS: -----

(nos termos do artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal) -----

O Sr. Presidente informou que se encontrava disponível a pasta da correspondência recebida, para eventual consulta, informando os deputados municipais dos diversos eventos onde esteve presente ou delegou a presença, em representação da Assembleia Municipal, desde a última sessão da Assembleia Municipal. -----

- Destacou o Edital de 12/03/2024, remetido pela Área Metropolitana do Porto, com o resultado do apuramento do candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto, efetuado nas sessões de 29/02/2024, nas 17 Assembleias Municipais e da atual composição da Comissão Executiva Metropolitana. -----

- Destacou ainda a circular recebida da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, que alerta para a defesa dos bombeiros e das associações humanitárias. -----

b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024: -----

A Assembleia Municipal, com a abstenção da deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins, por ter estado ausente, deliberou, por maioria dos 26 membros presentes, aprovar a ata da sessão ordinária de 9 de fevereiro de 2024. -----

Dá-se por conforme a minuta das deliberações, então, aprovada. -----

c) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024: -----

2024.04.29

A Assembleia Municipal, com a abstenção do 1.º Secretário, Jorge Manuel Santos Silva, por ter estado ausente, deliberou, por maioria dos 26 membros presentes, aprovar a ata da sessão extraordinária de 29 de fevereiro de 2024. -----

**d) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS
E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: -----**

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva deu a palavra aos
deputados municipais, conforme inscrição: -----**

- João Carvalho da Silva, cumprimentou todos os presentes. -----

Começou por dizer que ficou desiludido com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, por não ter sido feita a transmissão online da sessão, pois tinha dito na última sessão, que os eleitores poderiam assistir às Assembleias online, porque finalmente o executivo tinha dado os meios que este órgão merece, não conseguindo perceber a razão do Sr. Presidente ter emitido uma sessão da Assembleia online, retirando de seguida aos Valecambrenses a possibilidade de assistirem ao debate político, efetuado por todos aqueles que elegeram nas últimas eleições. -----

Informou o Sr. Presidente da Mesa e o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que na próxima sessão da Assembleia Municipal iria transmitir as suas intervenções online, considerando que está no direito de o fazer, uma vez que, na sua opinião, as pessoas, tanto as que votaram nele como as restantes, têm o direito de assistir ao debate político no órgão máximo do Município. -----

Afirmou ser uma enorme falta de respeito para com os Valecambrenses, o Sr. Presidente não ter continuado a transmitir as sessões online, admitindo que tanto ele como a sua bancada, têm feito um bom trabalho, do qual se orgulham, pois caso contrário, possivelmente teria a mesma posição que aquele, em tornar público o seu trabalho. Sendo assim, questionou o Sr. Presidente se ele tinha



2024.04.29

ATA N.º 3/24

FL. N.º 70

[Handwritten signature]

alguma justificação para não ter havido a transmissão online da sessão da Assembleia Municipal. -----

- **Jorge Tiago Pinho** cumprimentou todos os presentes.-----

Informou que este ano, tal como muitos Valecambrenses espalhados pelo mundo, esteve fora do país em trabalho, não podendo estar presente na sessão solene das comemorações dos 50 anos do 25 de abril, sugerindo, por isso, que no próximo ano, fosse feita a transmissão das comemorações online, considerando ser esta, uma forma bonita de envolver toda a comunidade. -----

Em relação à empresa de transportes UNIR, perguntou se estão a ser cumpridos os horários a 100% e como é que a Câmara Municipal está a avaliar a qualidade dos serviços agora prestados. -----

Na qualidade de líder da oposição e como representante de uma bancada comprometida com a transparência e a participação cidadã, disse ser com pesar que anuncia, em protesto, que a sua bancada decidiu abandonar a próxima sessão da Assembleia Municipal se a mesma não for transmitida online. Considera a respetiva transmissão, um princípio fundamental da democracia moderna que permite os cidadãos acompanhar de perto os debates e as decisões que afetam as suas vidas, independentemente da sua localização geográfica ou das suas obrigações pessoais, sendo um instrumento vital para promover a transparência, a prestação de contas e a participação democrática, da qual fica excluída uma parte significativa da comunidade, que é privada do direito fundamental de acesso à informação e à participação neste processo democrático, somente por não poderem estar fisicamente presentes, apesar de quererem estar informados sobre as decisões que são tomadas nas sessões. -----

A sua bancada não aceita que a falta de transparência prevaleça, não podendo permitir que a voz do povo seja silenciada por barreiras tecnológicas ou burocráticas, exigindo que se cumpra o dever democrático e se disponibilize a

2024.04.29

transmissão online de todas as sessões da Assembleia Municipal, garantindo, assim, o pleno exercício dos direitos dos cidadãos e não apenas aqueles que estão presentes na sala, mas todos os cidadãos que lhe confiaram o seu voto e esperam que os seus interesses sejam defendidos de forma transparente e inclusiva. -----

Durante a intervenção infra, decorria a sessão há quinze minutos, entrou no Salão Nobre, o deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida, fazendo parte do plenário a partir desse momento. -----

- Ana Rita Martins, cumprimentou todos os presentes. -----

Pediu o ponto de situação do projeto do bar da praia fluvial, porque já passou algum tempo desde que lhe foi comunicado que as especialidades tinham sido aprovadas; -----

Sobre o projeto a concretizar junto do campo sintético, à frente das piscinas, que vai englobar várias atividades na área do desporto, como a patinagem e o ténis, incluindo a construção de um segundo campo para futebol de sete, questionou se o projeto iria avançar; -----

Perguntou se iria ser dada continuidade ao projeto para a Alameda da Senhora da Saúde, recordando que no orçamento de 2022 já havia uma dotação de 1.600.000€ (um milhão e seiscentos mil euros), e que essa mesma dotação não apareceu no orçamento que aprovaram em dezembro de 2023; -----

Deixou a sugestão para que fossem revistas as questões de acessibilidade de Vale de Cambra, junto do novo Ministro das Infraestruturas, dada a posição favorável agora existente com um Governo da Aliança Democrática, nomeadamente, a ligação da A32 a Vale de Cambra; -----

Disse haver a indicação no site da CNE, nestas eleições legislativas, que o local de voto da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho era no novo Centro Cívico, e que, entretanto, o local foi mudado para a Biblioteca



2024.04.29

ATA N.º 3/24

FL. N.º 71

Municipal, questionando qual o motivo ou a justificação para ter acontecido tal situação; -----

Quanto ao processo de desagregação das freguesias, perguntou o ponto de situação do processo, uma vez que falta um ano para as próximas eleições, considerando que seria interessante para a população saber como está o referido processo, neste momento. -----

Em relação à transmissão online das comemorações do 25 de abril, disse concordar com o que disse o deputado municipal do PS, Jorge Tiago de Pinho, e ter ficado triste por não terem sido transmitidas; da mesma forma, não acha correto não ser transmitida online, a sessão da Assembleia Municipal, devendo, em seu entendimento, ser feito um esforço pois se se dizem palavras bonitas a favor do 25 de Abril e da liberdade, essa mesma liberdade também deve ser comunicada e espalhada online e não deve ficar só dentro da sala. -----

Referindo-se à sessão solene das comemorações do 25 de Abril e relativamente à representação nesse evento da Comissão Política do PSD, manifestou o seu desagrado por mais um ano não ter sido convidada a referida Comissão, facto que no ano passado já tinha ocorrido, apesar de ter sido justificado o lapso pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, com a promessa de não voltar a acontecer; considerou ser uma situação pouco confortável para a Comissão Política com a qual se solidariza e apresenta ao Presidente da Assembleia Municipal um voto de protesto, o qual sugere fique anexo à ata. -----

--- VOTO DE PROTESTO - PSD VALE DE CAMBRA ---

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, -----

Dr. Miguel Paiva, -----

Exmos. (as) Senhores (as) Deputados (as), -----

No dia 25 de abril de 2023, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, celebrou os 49 anos do 25 de abril, numa Sessão Solene para a qual a Comissão Política do PSD de Vale de Cambra não foi convidada. -----

2024.04.29

No dia 27 de abril de 2023, em resposta ao nosso protesto face ao sucedido, realizado de forma cordial e democrática, num email dirigido, única e exclusivamente, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Paiva, este respondeu justificando, e cito, que "Houve um esforço tendente a formalizar convites para as cerimónias alusivas ao 25 de Abril a todas as pessoas e entidades constantes do rol de que dispomos e, por maioria de razão, que estiveram presentes na sessão solene que se realizou o ano passado. Não obstante, por constrangimentos diversos, inúmeros foram os erros e as falhas que ocorreram, de entre as quais, também, a falta de convite às Comissões Políticas Concelhias". -----

Nessa mesma resposta, foi-nos assegurado pelo Sr. Presidente, e cito "redobremos esforços tendentes a que não mais ocorram lapsos de igual ou idêntica natureza". -----

No dia 25 de abril de 2024, dia em que se assinalou os 50 anos do 25 de abril, dia maior da democracia em Portugal, a Comissão Política do PSD de Vale de Cambra voltou a não ser convidada para a Sessão Solene comemorativa. Face ao sucedido, no dia 24 de abril, a Comissão Política do PSD remeteu um email ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, Dr. Miguel Paiva, manifestando seu profundo descontentamento e incompreensão face ao sucedido. Sr. Presidente, o PSD nasceu a 6 de Maio, poucos dias depois do 25 de Abril de 1974 e, a partir daí, marcou a sua presença, antecipou tendências, liderou mudanças. Muitas delas, verdadeiramente estruturantes para o concelho de Vale de Cambra. -----

O Partido desempenhou um papel determinante na História do nosso País, ao longo dos últimos 50 anos. Esteve no I Governo Provisório (Maio a Julho de 1974), obteve 32,4% dos deputados eleitos nas primeiras eleições que disputou (para a Assembleia Constituinte, em 1975). -----

Durante o PREC, no momento da viragem, com a revisão constitucional em 1982, e nas diversas fases de vivência da democracia plena, esteve sempre, no Governo ou na Oposição, na primeira linha do combate por uma sociedade mais justa, pela liberdade, pelo poder regional e local, pela integração europeia, e, mais recentemente, pela recuperação de um país que se encontrava à beira da falência. -----

Sr. Presidente, é absolutamente inaceitável que, no dia em que se celebra a Democracia em Portugal, e em que se celebram os "Valores de Abril", a Assembleia Municipal de Vale



2024.04.29

ATA N.º 3/24

FL N.º 72

de Cambra tenha, uma vez mais, negligenciado o convite à Comissão Política do PSD de Vale de Cambra. Quanto aos demais partidos da oposição, desconhecemos se terão recebido ou não convite, questão que gostaríamos de ver esclarecida. Porque, das duas uma: ou os partidos da oposição foram totalmente omitidos no protocolo desta Assembleia Municipal; ou terá sido apenas o PSD. Ambas as situações graves e injustificáveis. -----

Sr. Presidente, todos erramos. Mas quando o erro se torna padrão, dificilmente é possível encontrar uma justificação plausível. Errar uma vez, ainda que denotando negligência, é perdoável; repetir o erro, em anos consecuentes é, para o PSD um sinal de profundo desrespeito democrático. -----

Os "Valores de Abril" não são passado, são presente e estão plasmados na Constituição da República. Os "Valores de Abril" cumprem-se no respeito democrático. -----

Por tudo isto, com o maior respeito que sinto para com esta Assembleia Municipal, mas, sobretudo, pelo esforço que todos devemos fazer para fazer cumprir, em pleno, a Democracia em Portugal, deixo o meu voto de protesto. -----

Ana Rita Martins -----

Deputada da Assembleia Municipal de Vale de Cambra -----

29 de abril de 2024 "-----

Finda a leitura, o Sr. Presidente da Mesa disse ter recebido no dia 24 de Abril, um e-mail do Sr. Presidente da Comissão Política do PSD, manifestando o seu descontentamento por não ter recebido o convite para as cerimónias do 25 de abril, tendo-lhe de imediato telefonado, dando-lhe conta de que efetivamente tinha havido esse lapso, do qual se desculpou, solicitando a sua presença, presença na qual teria muito gosto, tendo-lhe este confirmado a presença, apenas não sabendo informar de imediato por quantas pessoas se faria acompanhar, o que diria mais tarde; no final desse mesmo dia, após reunião com os elementos da Comissão Política, comunicou-lhe que não iria estar presente; de igual forma convidou o Sr. Presidente da Comissão Política do CDS/PP, que também não tinha sido convidado, tendo este apresentado igual justificação para não comparecer; igual

2024.04.29

procedimento iria ter para com o representante da Concelhia do PS, mas, por não haver uma estrutura concelhia política formalizada, não o fez. -----

Sobre o envio dos convites, informou que todos foram remetidos via e-mail, sabendo que muitos foram devolvidos, por erro de comunicação, tendo tido o cuidado de, em muitos dos casos, ter feito contacto telefónico com essas pessoas e entidades, deixando mais uma vez, aos demais, o seu pedido de desculpas por qualquer falha havida, pois que a intenção era de, obviamente, ter todas as pessoas presentes. -----

De seguida deu continuidade às intervenções dos deputados municipais inscritos: -----

- Manuel Correia de Campos cumprimentou todos os presentes.-----

Disse preferir não usar da palavra, mas como tem recebido reclamações dos industriais da zona industrial de Lordelo/Codal, relativamente aos acessos e como nos últimos 7 ou 8 anos, as tem enviado para a Câmara Municipal e ainda não obteve resposta, se dirige à Câmara Municipal, na sua qualidade de Presidente da Junta, para lembrar o que lhe prometeram em setembro de 2021, frisando que já decorre o ano de 2024 e essa rua, que seria a primeira a ser feita, continua por fazer. Referiu que certas indústrias são visitadas por mais de mil pessoas por semana, e tanto de um lado como de outro os acessos estão péssimos, sendo uma prioridade a sua pavimentação. -----

Continuando a falar das acessibilidades na sua freguesia, disse, relativamente à Rua das Lages que foi alargada há 4 anos, não saber o que se passa, a não ser que seja um caso de má-fé, conforme conversa por si ouvida; junto à escola de Lordelo, disse já ter alertado para os inúmeros buracos, mas continua na mesma; a Rua de Vila Chã, por trás da Adega Soares, há anos que o piso está degradado, nada é feito; quanto à Travessa da Junceda em Vila Chã, está intransitável; a Rua do Alto de Codal, o próprio pessoal da Câmara Municipal diz



2024.04.29

ATA N.º 3 / 24

FL. N.º 73

“não encontrar rua nos buracos”, mas conseguiram arranjá-la; a Rua da Cubada em Vila Cova de Perrinho ainda tem piso antigo que está completamente degradado.-----

Informou que em 2013, novembro ou dezembro, foi entregue na Junta de Freguesia um abaixo assinado por causa de um saneamento junto ao matadouro, que abrange casas de Vila Chã e de Macieira de Cambra, sendo, na sua opinião, uma obra que se fazia por 1500, 2000 euros, se gerida por si e, onde a Câmara Municipal poderia arrecadar cerca de oito mil euros, mesmo gastando sete mil euros como habitual para este tipo de obra, não entendendo porque demora tanto a executar estas obras onde pode arrecadar verbas. -----

Teve conhecimento em setembro do ano passado, que entre as Lages e a Rua do Monte, estava um camião cheio de tapete para aquele local e foi desviado para fazer um acesso a uma casa que, poderia ter todo o direito, mas naquela altura a casa estava ilegal; alertou que a Rua Camilo Castelo Branco, que faz face com a Rua Eça de Queirós dentro da cidade, tem há anos um desnível no piso de 3 a 4 cm e ainda não obteve qualquer resposta. -----

De todas as afirmações que proferiu, surge-lhe uma questão: “será que esta atuação é por serem contra o Presidente da Junta da União das Freguesias?” A ser assim, só estão a ser contra os habitantes que o elegeram porque na sua gestão dos assuntos das três freguesias, cumprirá sempre a sua palavra, como o fez até aos dias de hoje e o fará até ao fim do mandato. -----

Tem alertado o serviço de licenciamento de obras da Câmara Municipal para informar as juntas sobre os pedidos de construção, no sentido de haver mais cuidado no licenciamento de obras, uma vez que teve conhecimento que até se licenciam casas em cima de rios, que tapam levadas de água, que deixam meter tubos de 120mm onde deviam ser tubos de 300mm e depois a água não cabe, isto porque as pessoas vêm reclamar à Junta de freguesia que a água entra na suas

2024.04.29

garagens e que a junta tem de proceder à reparação, sentindo mais uma vez a Junta da qual é Presidente, a falta de comunicação dos serviços da Câmara Municipal, que, através do envio de um simples e-mail poderia evitar certas situações. -----

Referiu terem sido aprovados na última sessão da Assembleia Municipal, dois pedidos de serviços a executar pela Câmara Municipal na Junta que preside, concordando com o ocorrido. Contudo, agora foi agendada a aprovação pela Assembleia Municipal de um apoio à União de Freguesias para a Marcha Popular de Santo António 2024, não entendendo a razão deste agendamento, nem o porquê das restantes entidades apoiadas não estarem também agendadas nesta sessão, parecendo-lhe haver um “bocadinho de discriminação” na aprovação destes apoios. -----

Concluindo, disse que “as palavras, o vento as levou” preferindo as obras feitas e não falar, do que falar e não as fazer. -----

- **José Soares de Almeida** cumprimentou todos os presentes. -----

Disse ter estado atento à divulgação cultural e de promoção do desporto e apoio à Juventude, especificamente aos últimos eventos realizados no concelho, solicitando informações sobre dois eventos que considerou importantes e interessantes, referindo-se no aspeto cultural ao “ENTRAI”, o festival de teatro amador, questionando o sucesso e a adesão das pessoas aos espetáculos, bem como sobre os resultados dos eventos de cariz desportivo e de promoção de atividades para a juventude, considerando inovador o Torneio dos Campeões, que reuniu cerca de 800 jovens do concelho, 56 equipas de Portugal e de Espanha, tendo de facto beneficiado os jovens e a economia local. -----

- **Sérgio Miguel Soares** cumprimentou todos os presentes. -----

Referiu que, na qualidade de Presidente da Junta de São Pedro de Castelões, tem de defender os interesses dos seus cidadãos e lutar por melhores condições



2024.04.29

ATA Nº 3 / 24

FL. Nº 44

5-8

de vida, para que eles se sintam felizes e contentes na freguesia, esperando que venham muitos mais a residir em São Pedro de Castelões.-----

Agradeceu à Câmara Municipal o envolvimento tido nas obras realizadas em São Pedro de Castelões, dizendo ter ficado satisfeito com o trabalho da nova empresa que executou as obras de saneamento, que até já fez a pavimentação de uma parte de uma rua, que foi alargada e proporcionará, por isso, um acesso digno ao lugar do Areal, há décadas esquecido pelos anteriores políticos. Frisou que este não é só um agradecimento seu, mas também das pessoas desse lugar que ficaram contentes com a atuação da Câmara Municipal. -----

Teve conhecimento que os serviços da Câmara Municipal estão a fazer um estudo para a construção de um parque canino, o que, na sua opinião faz todo o sentido, porque, embora se trate de uma obra pequena, é muito importante para as pessoas que se dedicam aos seus animais, sendo também um incentivo para a adoção de um cachorro do canil, uma vez que podem contar com um novo espaço onde tanto os animais, como os seus donos podem socializar. -----

Sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que a inauguração desse parque canino fosse no Dia Mundial do Animal, 4 de outubro, apelando à realização de ações em prol do bem-estar não só das pessoas, mas também dos animais. -----

Estando o projeto da praia fluvial na fase de revisão, transmitiu ao Sr. vereador do pelouro, que concordou, que a praia fluvial não deve estar somente aberta na época balnear, mas sim durante todo ano, dado que, as condições climatéricas têm sido invulgaes, permitindo a permanência de pessoas nesse local, mesmo nos meses de inverno, por ser um local aprazível para a confraternização entre famílias e amigos. -----

Tendo a Câmara Municipal adquirido os terrenos na envolvente sul da praia fluvial, disse ter proposto à Câmara Municipal a construção de um parque para autocaravanas, para reforçar a utilização do local, que considera ser digno, um

2024.04.29

espaço belíssimo, aproveitando assim, as condições existentes sem a necessidade de muitos investimentos, prevendo que poderia projetar-se um espaço para cinco ou seis autocaravanas, para que quem visita São Pedro de Castelões, o possa fazer nas melhores condições e mais vezes. -----

Disse haver uma situação que o incomoda, que é a questão dos madeireiros, tendo enviado e-mails e ofícios para a Câmara Municipal, falado várias vezes as sessões da Assembleia Municipal sobre o assunto, que agora chegou a ser motivo de abandono de um casal de habitantes de Cabril, São Pedro de Castelões que, por já não aguentarem mais, venderam a sua própria casa, continuando a surgir problemas em diversos locais relacionados com os madeireiros e com o estaleiro de madeiras em vários locais, como junto ao pavilhão de Cavião, estrada que vai do lugar de Janardo ao lugar da Felgueira, que está a ficar intransitável, como poderá comprovar quem quiser lá passar. -----

Disse saber que os madeireiros têm de fazer o seu trabalho e que as pessoas têm de vender os seus eucaliptos e pinheiros, mas tem de haver condições para isso, não incomodando terceiros que deixam de ter condições de habitar certos locais e, muitas vezes correm o risco de ter acidentes na estrada. Salientou a necessidade de haver regulamentos, como nos concelhos vizinhos, onde estas situações estão devidamente regulamentadas. -----

Em relação aos ofícios e e-mails enviados à Câmara Municipal, em sua opinião, deve ser dada por esta uma resposta à Junta de Freguesia, isto porque não manda ofícios por mandar ou porque quer “livrar as costas”, mas sim porque quer resolver os problemas. Contudo, não espera que lhe seja dada resposta do género “vamos ser o mais breves possível”, “vamos tentar resolver”, pois a Junta de Freguesia, ao pedir apoio, já se disponibilizou com os seus homens para ajudar, por exemplo, a remendar os buracos do asfalto, mas desde que lhe sejam dadas



2024.04.29

ATA Nº 3 / 24

FL. Nº 75

condições para isso, pois pretende sempre melhorar as condições dos cidadãos diariamente. -----

Referiu que a Rua Amaro Eduardo Martins de Almeida está a ficar intransitável, com o piso em muito mau estado, tal como o centro da Vila de São Pedro de Castelões, pedindo ao Sr. Presidente da Câmara a reparação dessas vias, admitindo que as condições climatéricas não têm sido favoráveis a este tipo de obras, não sendo fácil remendar tudo. Acrescentou que este não é um problema que se verifica somente na sua freguesia, mas também nas outras, considerando que, pelo menos, os buracos deviam ser tapados, acreditando que os seus colegas Presidentes de Junta têm a mesma opinião e se encontram tal como ele, disponíveis para colaborar. -----

Findas as inscrições, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Pinheiro, que cumprimentou todos os presentes e prestou os esclarecimentos pedidos: -----

Sobre a transmissão da sessão da Assembleia Municipal online, disse assumir a responsabilidade pela falta desse serviço, apresentou o seu pedido de desculpas e disse que iria envidar esforços para repor essa transmissão. -----

Em relação à empresa de transportes UNIR, informou que há duas semanas foi feita a publicação dos horários, existindo ainda questões pontuais cuja resolução se fará quando reunir com a Área Metropolitana do Porto, que é também a Autoridade Metropolitana de Transportes. Referiu que um dos assuntos se prende com a disponibilidade do transporte de pessoas que trabalham fora do concelho de Vale de Cambra, que ficaram privadas da rota de transportes que passava à porta da empresa onde trabalham, tendo atualmente de fazer algum percurso a pé para apanharem esse transporte. -----

Sobre a praia fluvial, afirmou que a resposta já tinha sido implicitamente dada, pois que de momento continua em revisão o projeto, não podendo resolver a

2024.04.29

questão com a rapidez pedida, como é também sua vontade. Esclareceu que para obras de um determinado montante, quando é feito o projeto por uma empresa, após concurso, quando esta entrega esse projeto, a Câmara Municipal tem que abrir novo procedimento para a revisão desse projeto por outra empresa ou entidade habilitada a fazer essa revisão, obrigando estas questões legais a prolongar no tempo, o fim de todo este processo, não havendo forma destes procedimentos serem ultrapassados. -----

Esclareceu que em relação à ampliação da zona desportiva, ainda não há nenhuma decisão quanto à sua execução, aguardando-se a publicação dos Avisos Portugal 20 30, para o eventual enquadramento dessa zona desportiva, estando já feito o estudo que pressupõe a ampliação com um ou dois campos de jogos, mais a ampliação de balneários. -----

Quanto à questão da Alameda da Senhora da Saúde, informou que também está a ser feita a revisão do projeto. -----

Acerca da acessibilidade à A32, afirmou que antes deste novo Governo, também fizeram uma abordagem e reuniram mais do que uma vez com o Ministro das Infraestruturas, Dr. Pedro Nuno Santos, e também com a Infraestruturas de Portugal, não tendo tido este processo o desenvolvimento desejado nem a resposta que pretendiam. -----

Sobre o local de voto no dia das eleições, explicou que estas foram marcadas para se realizarem no Centro Cívico, partindo do pressuposto que estavam reunidas todas as condições para que elas se pudessem lá realizar, o que não se verificou. Não havendo condições necessárias e a cumprir para a utilização do edifício, foi decidido que se mudasse o local para a Biblioteca Municipal, não tendo dado tempo para alterar na aplicação da CNE. Contudo, e a pedido da Comissão Nacional de Eleições, foram colocadas uma ou duas pessoas no Centro Cívico para orientação de quem se deslocasse àquele edifício.



2024.04.29

ATA N.º 3/24

FL. N.º 76

Em relação à desagregação de freguesias, disse não ter qualquer informação sobre o desenvolvimento do processo, o que prevê se mantenha até ao próximo ato eleitoral. -----

Dando resposta às questões colocadas pelo Sr. Presidente da União das Freguesias, no que diz respeito ao acesso à zona industrial de Codal, explicou que aquela via de acesso à Zona Industrial se encontrava no limite de dois concelhos, o de Vale de Cambra e o de Oliveira de Azeméis, tendo em meados do ano de 2022 colocado à consideração do Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis, a celebração de um protocolo para a pavimentação partilhada, disponibilizando-se a Câmara de Vale de Cambra a assumir a abertura do procedimento, considerando a proximidade a Vale de Cambra. Foi dado conhecimento e pedida a concordância à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, através de dezenas de e-mails, abordagens pessoais ao Presidente, tendo obtido sempre a mesma resposta, ou seja, que nenhum técnico tinha ainda informado o processo e que assim que tivesse um parecer ou informação sobre a questão, daria a resposta. Somente há quatro dias recebeu finalmente uma comunicação de que iria ter uma resposta quanto a essa legítima pretensão. Apesar de ter conhecimento que os habitantes de Codal e os industriais daquela zona têm manifestado algum desagrado quanto à situação, a Câmara Municipal de Vale de Cambra nada pode fazer sozinha, ou seja, não pode pavimentar aquela rua, sem haver a concordância e o assumir de 50% dos encargos associados, pelo Município de Oliveira de Azeméis. -----

Em relação aos buracos na estrada junto à escola de Lordelo, disse passar lá com alguma frequência, não lhe sendo notória a existência de grandes buracos, apesar de nos últimos tempos as vias se degradarem todas devido ao tempo de chuva, pois o excesso de água e as intempéries são sempre muito negativas para o estado dos pavimentos, principalmente para aqueles mais antigos. Disse já ter dado ordens para a abertura de um procedimento para a reparação de algumas

2024.04.29

vias, uma área considerável, nomeadamente de algumas zonas referidas pelo Sr. Presidente da Junta da União de freguesias além de muitas outras zonas onde a Câmara Municipal tem vindo a intervir diretamente na medida do possível. -----

Sobre o alcatrão desviado da Rua das Lages para um acesso privado, disse desconhecer em absoluto a situação afirmada pelo Sr. Presidente da União de freguesias, considerando essa afirmação grave pois nunca mandaria “desviar” alcatrão destinado a um local público para um acesso privado, sendo esta uma afirmação sem sentido, querendo deixar bem expresso que nunca daria uma ordem dessas. -----

Desconhece ainda a afirmação relativa ao licenciamento de obras em cima de levadas e mudança de tubos de secção maior para a secção menor, sendo esta uma matéria da qual não tem particular conhecimento. -----

Elucidou ainda o Sr. Presidente da União das freguesias, que o apoio à Junta da União de freguesias é submetido à aprovação da Assembleia Municipal, porque a lei assim o determina, sendo uma obrigação legal que os apoios às juntas de freguesia sejam da responsabilidade da Assembleia Municipal, sendo por isso que o assunto foi agendado, não se aplicando a referida lei aos apoios às IPSS e outras entidades ou associações, onde a competência legal é da Câmara Municipal. ----

Sobre a promoção cultural e desportiva, designadamente, ao teatro amador “ENTRAI” informou que esse evento tem estado a funcionar numa lógica de descentralização, no sentido de levar a cultura às várias freguesias e que tem sido realizado maioritariamente com “a prata da casa”, ou seja, com grupos locais, mas também participam grupos de outras geografias, de outras origens e este ano já ocorreram três espetáculos sempre com casa cheia, o que foi muito bom e muito gratificante, porque além dos grupos terem qualidade, o público tem vindo a aderir e a repetir a sua presença, havendo muita juventude nas salas de espetáculos, o



2024.04.29

ATA Nº 3 / 24

FL. Nº 77

que só abona a favor de Vale de Cambra e dos públicos que estão a ser construídos, e incentiva os grupos que são levados a palco. -----

Respondeu ao Sr. Presidente da Junta de freguesia de São Pedro de Castelões dizendo-lhe que o saneamento e o acesso ao lugar do Areal foram assuntos muito debatidos e muito escarpelizados, porque houve a abertura de um primeiro procedimento que correu mal, porque o empreiteiro abandonou a obra, não por culpa da Câmara, disse, sabendo que este grande atraso trouxe prejuízos consideráveis para às pessoas dos lugares abrangidos pelo projeto, estando agora esta nova empresa, após nova abertura de procedimento, a fazer os trabalhos, esperando que brevemente estejam solucionados os problemas e dada uma boa resposta por este novo empreiteiro. -----

Sobre a Praia fluvial, concordou que realmente este é um local aprazível e agradável, sendo o objetivo colocar esse espaço a funcionar o mais rapidamente possível, havendo, contudo, condicionalismos inultrapassáveis e por isso ainda não foi possível abrir procedimento para o efeito. -----

Sobre a sugestão de aí fazer um parque para autocaravanas, disse já ter sido abordado o assunto e, em sua opinião, poderá ser estudado, porque existe um primeiro parque de autocaravanas junto ao parque da cidade, e um segundo parque de autocaravanas poderá fazer algum sentido junto àquele local aprazível que é o da praia fluvial de Burgães, tendo-se de verificar as condições que são impostas para a criação deste tipo de parque. -----

Quanto à questão dos madeireiros disse ser um problema transversal a todo o concelho, não apenas da freguesia de São Pedro de Castelões, porque estes utilizam máquinas pesadas de grandes dimensões, que danificam as ruas e os caminhos por onde passam. A Câmara tem reparado dezenas ou centenas de quilómetros de caminhos florestais, que muitas vezes, passado pouco tempo são novamente degradados pelos madeireiros. Os sistemas de fiscalização da Câmara

2024.04.29

Municipal a par dos da GNR, não têm sido eficazes, considerando a existência de um regulamento mais punitivo, a solução para quem prevarica e prejudica o património público. -----

Agradeceu a disponibilidade do Sr. Presidente da Junta da Freguesia de S. Pedro de Castelões para a reparação das vias, porque existem muitos quilómetros de vias em todo o Município e, se houver uma colaboração entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, obviamente que as coisas poderão funcionar muito melhor. Informou que as ruas referidas na freguesia de São Pedro de Castelões irão ter a reparação devida, bem como outras, cuja forma de intervenção ainda se encontra em gestão. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal deu a palavra aos vereadores, conforme o pelouro e as perguntas feitas: -----

- O vereador José Alexandre Pinho cumprimentou todos os presentes.-----

Sobre a UNIR, informou que a Câmara Municipal, após um processo negocial longo, recebeu os horários, e no dia 8 de abril verificaram que, embora tenham dado resposta à maior parte das solicitações, designadamente nos transportes intermédios para o interior do concelho, ainda havia algumas situações a rever, como é o caso da linha que passa em Casal de Arão, Merlães e Cavião e da que passa nas Baralhas, que exige uma concertação com o Município de Oliveira de Azeméis. Trata-se de um processo dinâmico, no qual a Câmara Municipal tem trabalhado junto da AMP, afinando algumas situações, designadamente nos transportes diretos para o Porto, os quais ainda são escassos, pretendendo ainda fazer mais essa reivindicação. -----

Relativamente à Rua do Vale Longo, esteve no local há 15 dias a falar com o proprietário do terreno e com a população, e verificaram os acessos de um terreno bastante íngreme e com bastantes obstáculos, constatando, nessa visita, que ainda há um segundo terreno que não é propriedade desse tal proprietário, tendo, por



2024.04.29

ATA Nº 3 / 24

FL Nº 78

isso, a Câmara Municipal de encetar contactos com esse novo proprietário, para concluir as negociações. Pelo que verificou no local, tem a certeza que 2000 euros não servirão para concluir o serviço por ser um local com muitos obstáculos e o saneamento passar pelo meio de uma levada, contando ainda com a intenção de posteriormente fazer a sua ligação à parte de baixo, ao lugar do Moradal. O vereador acrescentou não estar esquecido o processo, pois continuava a ser verificado o local onde passará exatamente o saneamento, que tem de ser pensado de forma a não onerar ou onerar o mínimo possível o terreno dos proprietários, sendo estas as condições que tem de conjugar com todos os envolvidos. -----

- O vereador André Silva cumprimentou os presentes. -----

Sobre a cultura e o desporto, disse que no ano passado a Câmara Municipal sentiu a necessidade de criar um evento que juntasse a prática desportiva, a promoção do território e o desenvolvimento local, mais concretamente o desenvolvimento da economia local, lançando assim um evento, experimental, na modalidade de futebol o qual foi um sucesso logo na primeira edição. Em concertação com as associações de prática desportiva regular, Hóquei Académico de Cambra, Associação Cultural e Recreativa, Grupo Desportivo Codal Lordelo e o Clube Desportivo e Cultural de Macieira de Cambra foi decidido abrir a todas as modalidades federadas coletivas que existem em Vale de Cambra e que são praticadas durante todo o ano e, com a união de esforços entre a Câmara Municipal e os clubes, resultou num estrondoso sucesso. Não fora as condições meteorológicas adversas que não ajudaram, ainda seria maior o impacto a nível da promoção do território e da própria economia, com a enorme movimentação de pessoas registada, pois apenas num fim de semana, além de mais de 2000 visitantes, reuniu 56 clubes com a participação de 56 equipas, algumas das melhores equipas a nível nacional, mais especificamente da modalidade de futebol, tendo sido possível dar resposta a nível de alojamento e restauração, ficando todos os locais completamente lotados nesses dias, havendo

2024.04.29

uma divulgação do concelho tal, que quem veio, volta para vir a jogos dos campeonatos regulares, e procura locais dos quais nem sabiam sequer a existência, usufruindo agora destes locais, continuando a promover Vale de Cambra e o nosso território. -----

Deu nota que neste processo houve uma parceria com as associações e que, sem estas, teria sido impossível à Câmara Municipal ter capacidade para realizar este evento, que contou com os recursos humanos das associações, as quais, por isso, receberam todas as receitas de bilheteira e outras provenientes do torneio. --

Quis deixar ainda expresso, uma palavra de apreço aos colaboradores do Município envolvidos, que foram mais uma vez profissionais de excelência, e que deram tudo para que o evento tivesse sido fantástico e para que Vale de Cambra mais uma vez, ficasse no mapa, como um território que se começa a afirmar claramente naquilo que é a promoção desportiva, através da prática desportiva, com a realização de eventos de âmbito local, regional e nacional. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais para intervenções complementares, conforme por estes solicitado: -----

- **João Carvalho da Silva** apresentou uma proposta, que entregou à Mesa, subscrita pela sua bancada do PPD/PSD e pela bancada do Partido Socialista. ---

Antes de proceder à sua leitura, esclareceu que não pretende que a proposta entregue ou qualquer outra relativa a atribuição de medalhas, tanto de ouro, de prata, de mérito, ou do que for, seja tomada quase como uma competição ou uma *clubit* partidária, não sendo esse o objetivo, porque quem quiser alterar, acrescentar ou contribuir, poderá fazê-lo de forma livre, pois serão sempre aceites os contributos, sendo o grande objetivo, homenagear o Dr. António Júlio Correia Teixeira da Silva, que foi o cidadão de Vale de Cambra, único deputado da Assembleia Constituinte eleito por Aveiro. -----



2024.04.29

ATA N.º 3 / 24

FL N.º 79

Proposta de Atribuição da Medalha de Ouro do Município de Vale de Cambra e correspondente título de "Cidadão Honorário de Vale de Cambra" ao Dr. António Júlio Correia Teixeira da Silva, a título póstumo

"Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal, -----

Exmºs Líderes de bancada, -----

Exmºs Membros da Assembleia Municipal, -----

Vem a bancada do PPD/PSD propor a atribuição póstuma da medalha de ouro do Município de Vale de Cambra e correspondente título de "Cidadão Honorário de Vale de Cambra" ao Dr. António Júlio Correia Teixeira da Silva. -----

Nasceu no lugar de Teamonde, freguesia de Vila Chã, concelho de Vale de Cambra a 22 de maio de 1932, filho de António Duarte Teixeira da Silva e Ana Correia de Bastos Pina Teixeira da Silva. -----

António Júlio Correia Teixeira da Silva, depois de concluir o ensino oficial primário, ingressou no ensino secundário, tendo frequentado o Instituto Nuno de Alves nas Caldas da Saúde de Santo Tirso, onde concluiu o curso liceal nos anos de 1946 a 1952. -----

Ingressou na faculdade de Medicina do Porto, tendo concluído a sua licenciatura em medicina a 22 de julho de 1961, com a classificação média de curso de 15 valores. -----

Iniciou, de seguida, o exercício da sua função de clínica geral em Vale de Cambra, continuando a estagiar voluntariamente no serviço de Patologia Cirúrgica do Hospital Escolar de São João no Porto. -----

Em 1962, iniciou o seu estágio no Instituto português de Oncologia, em Lisboa. -----

Regressou a Vale de Cambra onde fixou residência e começou a exercer a sua atividade em clínica particular, assim como nos serviços médico-sociais, após ter concluído a especialidade de médico-estomatologista pela ordem dos médicos. -----

Casou com Rosa Valente Ferreira da Silva e foi pai de 4 filhos. -----

Em Vale de Cambra, para além de proprietário agrícola, foi sócio fundador e o primeiro Presidente da Assembleia Geral da Cooperativa Agrícola dos Avicultores e Criadores de Gado do Caima, SCRL, de 1964 a 1967. -----

António Júlio Correia Teixeira da Silva era um apaixonado pela Columbofilia. -----

2024.04.29

Foi Presidente da Assembleia Geral da Associação Desportiva Valecambrense, nos anos de 1966 e 1967, e em seguida foi presidente da direção da mesma associação desportiva, no ano de 1968 onde se sagrou campeão, título este que levou à subida à II Divisão Nacional. -----

Foi ainda Presidente da Direção da Assembleia de Vale de Cambra do (Grupo de cultura, desporto e turismo) no ano de 1967. -----

Fez parte de várias organizações da paróquia de carácter provisório e foi Presidente da Conferência de São Vicente de Paulo. -----

António Júlio Correia Teixeira da Silva lutou sempre contra o Estado Novo, fazendo questão de se manifestar publicamente, nunca tendo integrado, por isso, nenhum cargo público no anterior regime. -----

Após a revolução do 25 de Abril, tornou-se o militante n.º 1 do PPD e fundador do PPD em Vale de Cambra. -----

A 25 de Abril de 1975 foi eleito, pelo círculo eleitoral de Aveiro, Deputado da Assembleia da República da (Assembleia Constituinte). -----

A 7 de Dezembro de 1975 foi eleito Conselheiro Nacional do PPD. -----

António Júlio Correia Teixeira da Silva era um homem sereno, um humanista, um visionário, um democrata, tendo marcado várias gerações, pela forma abnegada com que defendia a sua terra e os anseios das suas gentes. -----

Na Assembleia da República lutou, de forma convicta, pelos valores da liberdade num dos períodos mais conturbados do pós-25 de Abril, estando no Parlamento durante a construção da primeira Constituição do Portugal Democrático. -----

Faleceu em 1983, de forma prematura, com apenas 51 anos. -----

António Júlio Correia Teixeira da Silva dedicou a sua vida ao serviço da nossa cidade, tendo sido um exemplo inspirador de liderança, dedicação e compromisso não só para a sua geração, mas também para as gerações posteriores. -----

A sua contribuição abrangente e multifacetada incluiu esforços incansáveis na promoção da cultura, educação e saúde pública. -----



2024.04.29

ATA Nº 3/24

FL Nº 80

Ao longo da sua trajetória, o Dr. António Júlio Correia Teixeira da Silva demonstrou um profundo amor pela nossa cidade e um compromisso inabalável com o seu progresso e prosperidade. -----

Por tudo isto, a bancada do PPD/PSD considera que é justo que a sua memória seja honrada de forma solene e significativa. -----

A atribuição da Medalha de Ouro do Município de Vale de Cambra e correspondente título de "Cidadão Honorário de Vale de Cambra" ao Dr. António Júlio Correia Teixeira da Silva, a título póstumo, seria uma maneira tangível e duradoura de expressar a nossa gratidão e reconhecimento pelos seus inestimáveis serviços, prestados à nossa cidade e aos seus habitantes. -----

Vale de Cambra, 29 de abril de 2024 "-----

Após a leitura da proposta, pediu permissão ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para abordar mais duas questões, a qual lhe foi concedida. -----

Quis deixar a sua opinião sobre a criação de mais um parque de autocaravanas em Vale de Cambra, pois tendo em conta que o existente nunca esteve cheio e, quando se procura ter água potável e saneamento, acha demasiado e fica muito mal à Câmara Municipal ter dois parques, atendendo que há outras prioridades para o concelho e para as pessoas que cá residem, as quais exigem que a sua água seja potável e não contaminada pelos esgotos, esperando da Câmara Municipal, outras realizações que não, mais um parque de caravanas. ---

Sobre outro assunto, disse que, quando leu a ata da reunião da Câmara de 20/02/2024, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou o executivo municipal, que ele e o vereador António Alberto Gomes tinham sido constituídos arguidos em processo judicial, por denúncia anónima, sem acusação formada, estando o processo em segredo de justiça; apesar de estar de consciência tranquila quanto ao assunto, como referiu, ao ser questionado pelo Sr. vereador Tiago Fernandes, do motivo, apenas esclareceu que estava em segredo de justiça, e se relacionava

com um contrato efetuado em 2015; apesar do segredo de justiça, pede agora o deputado municipal, informação sobre o processo, para que não hajam suspeitas, para com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra, comparando a situação a casos passados no Governo que chegam ao ponto da demissão destes suspeitos e arguidos, sendo do interesse de todos os munícipes, saber o porquê de ser constituído arguido, e caso não obtenha essa informação, sendo um processo de 2015, tenciona ler todas as atas do ano de 2015, para perceber em que processo e com que contrato é que Sr. Presidente da Câmara é arguido. -----

O Sr. Presidente da Mesa confirmou que a Proposta de Atribuição da Medalha de Ouro do Município de Vale de Cambra e correspondente título de "Cidadão Honorário de Vale de Cambra" ao Dr. António Júlio Correia Teixeira da Silva, a título póstumo, foi admitida e que a Mesa irá fazer a análise do seu enquadramento procedimental, designadamente no âmbito do Regulamento de distinções honoríficas sendo o assunto agendado para a próxima sessão.

- **José Soares de Almeida** pediu a palavra para informar que a proposta de atribuição da medalha de ouro lhe fora apresentada pelo proponente, o deputado municipal João Carvalho da Silva, poucos minutos antes do início da sessão e, tendo de decidir o assunto juntamente com a sua bancada não poderá pronunciar-se de imediato sobre a respetiva subscrição. -----

Disse ter conhecido o Sr. Dr. António Júlio Correia Teixeira da Silva, que foi seu médico e também seu colega de trabalho durante dois anos e sempre teve por ele a maior das considerações. A nível concelhio disse ter sido também uma pessoa muito generosa para com toda a população no exercício da sua atividade além de ter sido um grande político e que pessoalmente votaria a favor de uma homenagem àquela personalidade que, felizmente, teve muito gosto e benefício em conhecer.



2024.04.29

ATA N.º 3 / 24

FL N.º 81

- **Sérgio Miguel Soares** pediu a palavra, referindo não lhe ter sido dada a resposta sobre o parque canino. -----

Mais esclareceu, face ao proferido pelo deputado João Carvalho da Silva, que não pediu mais um parque de autocaravanas, mas que procurou somente alertar para essa possibilidade, tendo em conta o projeto e o desenvolvimento das obras da praia fluvial, e este ser o local que é, e que, em sua opinião, um parque de caravanas seria muito bem aceite e muito bem-vindo para São Pedro de Castelões.

Quanto às obras de água e saneamento, afirmou ser um grande lutador pela sua realização, tanto na sua como em todas as freguesias. -----

- **Manuel Correia de Campos** disse querer deixar um reparo relativamente à questão da ligação da zona Industrial de Codal e Lordelo, dizendo ao Sr. Presidente que são cerca de 350 m² que pertencem a Oliveira de Azeméis, e não metade da via, e que foi sempre Vale de Cambra que fez a pavimentação dessa rua e, quando o Sr. Presidente era o Presidente da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria da Feira, falou-se que a Associação tinha que fazer essa pavimentação, isto porque nela passam os camiões para o aterro sanitário, provindos dos concelhos de S. João da Madeira, de Arouca, Oliveira de Azeméis e de Vale de Cambra que são os que estragam tudo. -----

Em relação à aprovação pela Assembleia Municipal do pedido de apoio para a Marcha de St.º António da Junta de freguesia, disse não ter falado do aspeto legal, mas sim que apenas não compreendia a razão do apoio às outras associações não ser também aprovado nesta Assembleia. -----

Esclareceu ainda que o referido por si em relação ao material que era para aplicar numa rua em Lordelo, foi que o material tinha sido pedido por alguém para pavimentar a sua entrada e que o material foi desviado para esse local, especificamente para asfaltar um caminho público de acesso a uma casa que ainda há um ano estava ilegal. -----

2024.04.29

Por fim, deixou uma nota, dizendo que, excluindo a rua a pavimentar na Zona Industrial de Lordelo/Codal, as restantes ruas que necessitam de intervenção, somarão cerca de 2500 m2. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos: -----

Esclarecendo o Sr. Presidente da Junta da União das freguesias, Manuel Correia de Campos, informou-o de que o apoio à Junta de freguesia tem de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, por ser da sua competência legal, enquanto que o apoio às associações é somente da competência da Câmara Municipal, conforme a Lei 75/2013, que rege as funções autárquicas, como este deveria saber. -----

Em relação ao acesso à zona industrial, reafirmou que o acesso da Arrifaninha à zona industrial Lordelo/Codal até ao limite geográfico de separação dos dois Municípios corresponde a metade da obra, sendo responsabilidade do Município de Oliveira de Azeméis, 50% e da responsabilidade do Município de Vale de Cambra, os restantes 50%, tendo somente referido que se encontrava à espera de uma resposta do Município de Oliveira de Azeméis para fazerem um acordo de colaboração com vista à pavimentação da parte que é partilhada pelos dois Municípios, nada mais tendo sido por si referido. -----

Quanto ao facto de ter sido constituído arguido, disse ser uma situação da qual já nem se lembrava, respeitando a um processo de contratação de uma jurista em 2014/ 2015, cuja participação está expressa nos documentos que foram facultados às autoridades, estando completamente tranquilo, pois apesar de ser arguido, não tem nenhuma acusação formal e não cometeu nenhum crime lesivo ao Município. -----

Quanto ao parque canino, confirmou ter-se iniciado um estudo para a criação do parque canino, à semelhança do que se tem feito noutros Municípios do país,



2024.04.29

ATA N.º 3 / 24

FL. N.º 82

tendo em conta que atualmente os animais e o bem-estar animal são uma área que requer atenção, uma área com a qual as pessoas se preocupam muito, procurando a Câmara Municipal fazer tudo o que está ao seu alcance, para que esse bem-estar animal se concretize, nomeadamente no Canil intermunicipal onde os animais são bem tratados, apesar do elevado número e da lotação do canil estar sempre esgotada. Poderia ainda ser feita uma ampliação do canil intermunicipal, mas tratando-se de uma responsabilidade da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, mais uma vez, essa ampliação está dependente de uma decisão e de uma colaboração do Município de Oliveira de Azeméis, que tarda em surgir, sendo este, mais um caso onde seria importante que essa resposta fosse dada, com maior brevidade, porque efetivamente há muitos pedidos dos Municípios da AMTSM para alojar animais. -----

NADA MAIS HAVENDO A ESCLARECER, O SR. PRESIDENTE DA MESA DEU POR CONCLUÍDO O PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O SR. PRESIDENTE DA MESA DEU INÍCIO À ORDEM DO DIA, com a presença de 27 deputados municipais (20 diretamente eleitos + 7 por inerência da função de Presidente nas Juntas de Freguesia): -----

O Sr. Presidente da Mesa, com o consenso das bancadas, propôs o Voto de Pesar que passou a ser lido pela 2ª Secretária: -----

VOTO DE PESAR

"Faleceu no passado dia 27/04/2024 o Dr. José Maria Soares que foi membro desta Assembleia Municipal em vários mandatos, a quem a Assembleia Municipal de Vale de Cambra presta a sua homenagem e tributa o reconhecimento devido pelo seu exemplo de cidadão, autarca e munícipe. -----

Na verdade, para além de uma vida dedicada à profissão e à família, foi também um autarca devotado, o que sempre fez com humildade e inegável sentido social, motivo pelo qual, com a sua personalidade e o seu trabalho, conquistou o respeito e a consideração de todos. ---

2024.04.29

A Assembleia Municipal de Vale de Cambra, reunida em 29 de Abril do ano de 2024, presta homenagem ao cidadão, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça à sua família as mais sentidas condolências.” -----

Vale de Cambra, 29 de abril de 2024. -----

Os proponentes. -----

(Membros da AM eleitos pelo CDS-PP, PS e PSD) -----

Após a leitura do voto de pesar, foi feito um minuto de silêncio. -----

A Assembleia Municipal aprovou o presente voto de pesar, endereçando-o à respetiva família. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

acerca da atividade desta e da situação financeira do município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º do **Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações (RJAL):** -----

Dada a palavra aos deputados municipais, registou-se a inscrição de um deputado municipal, a quem foi dada a palavra: -----

- **João Carvalho da Silva**, no seguimento do referido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal quanto ao processo em que é arguido, referiu que este, por ser de um assunto tão antigo, também não se lembrou de o colocar nesta Informação Municipal, o que é obrigatório, perguntando se o referido processo não será o celebrado com a empresa de Táxis de Vale de Cambra, Constantino Lucinda e Filhos, Ld.^a . -----

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar o esclarecimento pedido, confirmando este o nome da empresa proferida pelo deputado municipal, atendendo a que, esta informação que não viola o segredo de justiça. -----



2024.04.29

ATA N.º 3 / 24

FL. N.º 83

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade e da situação financeira do Município, no período de 01 de janeiro a 31 de março de 2024. -----

Por motivos de saúde, ausentou-se definitivamente da sessão, o deputado municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho. -----

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS 2023: -----

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos: -----

- Sobre a situação financeira do município, disse que estas contas são contas certas, ao contrário das más contas que recebeu quando iniciou funções, estando o município de boa saúde financeira, tendo hoje um prazo médio de pagamento a fornecedores muito curto. -----

Referiu que a apresentação de contas vai ser feita pelo vereador do pelouro a quem deu a palavra: -----

O vereador António Alberto Gomes cumprimentou todos os presentes e proferiu a seguinte intervenção: -----

“Os documentos que hoje se apresentam e que integram este ponto permitem uma análise que contempla todos os sistemas contabilísticos exigidos, nos termos das normas aplicáveis: contabilidade orçamental, contabilidade patrimonial e, conforme afirmamos nos exercícios anteriores, também a contabilidade de gestão. -----

Aquela análise, com base em todos os documentos de prestação de contas, baseia-se essencialmente e desde logo no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano (GOP) – que, como é sabido, se subdividem em Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal – documentos apreciados e aprovados pela Câmara e Assembleia Municipais. São também prestadas informações que têm o seu suporte em documentos contabilísticos que possuem características essencialmente de natureza patrimonial, económica e financeira, como sejam, principalmente, o Balanço e a Demonstração de Resultados por Natureza. É de reiterar a inclusão de dados relativos à contabilidade de gestão, que na

2024.04.29

prestação de contas de 2024 terão dados que permitirão a comparabilidade, permitindo apurar custos por unidades de medida, encontrando com certeza as debilidades da gestão e permitindo aplicar medidas robustas para a sua correção. Nesta prestação de contas está já patente a análise de custos e rendimentos por funções e, consequentemente, os resultados por produtos vendidos e serviços prestados. Aqui, salientam-se os resultados negativos de 1,9 milhões de euros nos resíduos sólidos urbanos, seguido de 1,2 milhões de euros nas piscinas municipais. Em sentido contrário, com cerca de meio milhão de euros temos a iluminação pública e com 460 mil euros o licenciamento de obras. A estes números e a todos os outros, daremos a devida atenção com vista às necessárias correções já em 2024, inclusive com uma reanálise dos critérios que a contabilidade de gestão tem sempre que ter inerentes.-----

Devo relembrar que os impostos municipais foram colocados e mantidos em taxas baixas, limitando o esforço financeiro que todos os valecambrenses fazem, sejam particulares ou empresários, e isto é algo que, obviamente, exige um esforço acrescido na nossa gestão. Procuramos também garantir que os nossos munícipes atuais, mas também as gerações futuras se venham a orgulhar de terem boas taxas de cobertura de serviços básicos, serviços ditos urbanos adequados, o acesso a atividades culturais, desportivas e de lazer, educação com qualidade, apoios sociais dignos e condicentes com as necessidades, tudo isto fruto também de um excelente planeamento urbanístico que permite o crescimento a que se assiste. -----

Posto isto, quero dar relevo ao aumento do ativo face às contas de 2022 em quase 850 mil euros e à diminuição do passivo em cerca de 14,5 mil euros, sendo que o resultado líquido do exercício diminuiu 647 mil euros para um valor de -399.259,31 euros (que aliás deverá ser transferido para a conta 56 – Resultados Transitados). De notar o forte aumento nos gastos absolutos em Fornecimentos e Serviços Externos, com um valor de mais de 1,3 milhões de euros face a 2022. Há também que ter presente que a comparabilidade entre exercícios económicos está condicionada ao sistema contabilístico vigente. Até 2020 o referencial era o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais e a partir daí a legislação obriga ao uso do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. Mesmo entre anos consecutivos poderão existir divergências de



2024.04.29

ATA N.º 3/24

FL N.º 84

classificações, decorrentes de alterações ou interpretações de classificações contabilísticas. Além disso, é de referir que os “Resultados antes de Depreciações e Gastos de Financiamento” foram amplamente positivos – perto de 3 milhões e 900 mil euros, tendo indubitavelmente sido essas depreciações, com cerca de 3,95 milhões de euros, que maioritariamente conduziram a um resultado líquido negativo.

A execução da receita para o ano de 2023 foi de 21.032.409,06€. Dentro deste valor, 18.584.479,84€ correspondem ao montante das receitas correntes e 2.447.929,22€ dizem respeito às receitas de capital executadas. O montante da receita total cobrada registou uma taxa de execução de 93,89%, face às previsões corrigidas. -----

Tendo em consideração toda a estrutura da receita, verifica-se que as receitas correntes apresentam uma maior expressividade na sua cobrança face às receitas de capital, pois correspondem a um peso de 88,36% face a 11,64%, respetivamente. -----

Do montante total de despesa executada, 16.343.030,89€ correspondem a despesas de natureza corrente e, 5.504.320,78€ respeitam a despesas de capital, representando um peso de 74,81% e 25,19%, respetivamente. -----

No entanto, é de referir que em abril de 2022 foi concretizada a Delegação de Competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018, com impactos significativos nos rendimentos e gastos associados a esta nova competência do município no domínio da educação. A transferência no domínio da ação social significou um acréscimo na despesa de 196.265,46€, e só em março de 2024 é que foi aceite a transferência de competências no domínio da saúde. Este impacto não preocuparia caso o envelope financeiro associado fosse o adequado. No caso, só em 2023 a diferença entre receita e despesa foi negativo em cerca de 329 mil euros. --

Devo ainda referir que a margem de endividamento do município já está num valor que ultrapassa os 15,5 milhões de euros, e que, em 2023 foram amortizados 780.227,99 euros de empréstimos bancários. ----- \

Concluindo, e como não me resta qualquer dúvida da excelente preparação técnica de todos os documentos hoje aqui presentes e relativos à Prestação de Contas deste Município relativa ao ano de 2023, e considerando também a informação que este relatório e contas será objeto de parecer positivo pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, defendendo que este é um ponto que merece a aprovação unânime desta Câmara. -----

2024.04.29

Aliás, tanto a reserva como a ênfase, apresentadas – a primeira relativa ao facto do município não ter recebido dados coerentes da E-Redes para aplicação da norma de contabilidade pública 4, a segunda relativa à falta de elementos reguladores que orientem e justifiquem a pertinência do relato por segmentos – não são da responsabilidade deste município. -----

Assim, finalizo dizendo que com estes documentos se avalia toda uma prestação de contas, cujos documentos foram criados por uma equipa sob um profissionalismo ímpar baseando-se na transparência da gestão.” ----- 2

De seguida o vereador disse estarem presentes para qualquer esclarecimento, o chefe da Divisão Financeira e do Património, Dr. Rui Valente e o Revisor Oficial de Contas, Dr. Rui Pinho. -----

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos deputados municipais, para se iniciar a análise e discussão desta matéria: --
Durante a intervenção infra, ausentou-se definitivamente (por indisposição) o deputado municipal Jorge Tiago Pinho. -----

- José Soares de Almeida, sobre as Contas de 2023, disse que, quer as deste município quer as das restantes entidades, têm sido sempre condicionadas e influenciadas pela conjuntura inflacionista vivida em 2023, durante a qual a taxa de inflação média publicada pelo Instituto Nacional de Estatística foi de 4,3%, além da variação das taxas de juro, em particular quando existe endividamento, tendo a Euribor, nos finais de 2021, um valor negativo e em final de 2023 um valor na ordem dos 3,5%. -----

Há outro fator também previsto e que tem influência nas Contas que se prende com a transferência de competências, dado que os custos têm sempre um crescimento muito superior àquilo que é transferido em contrapartida dessa transferência, o que se verifica de imediato no preço das refeições escolares, dos transportes escolares, por causa da subida dos combustíveis, nos custos com o pessoal, na recolha de resíduos sólidos, etc. -----



2024.04.29

ATA N.º 3 / 24

FL N.º 85

X - 9

Se for averiguado o rácio, por exemplo, entre os custos com pessoal e as receitas correntes, como o município decidiu não subir determinados preços sociais, como o preço da água e também não subiu as taxas dos impostos municipais, essa relação teve um agravamento de um e meio pontos percentuais, pois passou de 35,4% para 36,8%. -----

Na aquisição de bens de serviços, onde estão incluídas as refeições escolares e os transportes escolares, houve um crescimento de 3.4 pontos percentuais, passando de 32,5% para 35,9% que se traduz nestas duas rubricas, num aumento de quase cinco pontos percentuais. -----

Quanto aos juros, embora o endividamento tenha diminuído ao longo do ano, em 800.000€, com a subida das taxas de juro, os juros subiram 185.000€. Contudo, a Câmara Municipal, ao longo dos últimos anos, tem criado condições que lhe permitiram, numa primeira fase, em 2020/ 2021, enfrentar a pandemia e os custos que originou, que foram absolutamente inesperados e agora, também, enfrentar esta conjuntura inflacionista. -----

Afirmou que as contas são equilibradas, em termos de execução, existe um superavit de 2.2 milhões de euros, ou seja, as receitas correntes superaram as despesas correntes em 2,2 milhões de euros, o que serviu para amortizar empréstimos e para investimento. -----

Ao analisar o equilíbrio orçamental das contas, à luz da Lei das Finanças locais, designadamente do artigo 40.º n.º 2, existe um superavit no ano, de 1,4 milhões, houve receitas correntes de 18,5 milhões e despesas correntes de amortizações de empréstimos de 16,38 milhões, considerando a situação financeira da Câmara Municipal, estável, pois que a dívida bancária diminuiu de 2022 para 2023, em 800 000€, passando de 8 130 000€ para 7 329 000€. O ativo da Câmara subiu 0,3% e o passivo exigível teve uma diminuição de 0,7 milhões de euros, tendo a Câmara uma “almofada” de liquidez que foi conquistada ao longo do

tempo e que aumentou durante este ano, para enfrentar possíveis situações imprevisíveis e difíceis no futuro; a capacidade de endividamento da Câmara, até 2023, passou de 21,2 milhões para 22,6 milhões, e como a dívida que é elegível para efeitos de cálculo de limite de endividamento, baixou de 7,9 milhões para 6,9 milhões, significa que a margem, ou a capacidade de endividamento adicional que a Câmara tem, passou de 13,3 milhões para 15,7 milhões, ou seja, no ano aumentou 2,4 milhões, o que dá uma garantia de sustentabilidade e segurança perante fatores adversos no futuro.-----

Estas contas transmitem, para a economia local e para a generalidade das pessoas, uma imagem de confiança com um prazo médio de pagamento a fornecedores de 15 dias, o que é um prazo muito reduzido. -----

As contas demonstram um crescimento da economia do concelho como um todo, porque sem ter deliberado o aumento das taxas de qualquer imposto municipal, registou um aumento dos impostos diretos arrecadados pela Câmara no valor de 465 000€, resultando este valor do aumento do rendimento gerado pelos valecambrenses, do aumento do património das famílias, do aumento do valor da derrama, que é gerada pelos resultados das empresas, do imposto sobre as viaturas automóveis e do imposto municipal sobre as transações imobiliárias, o IMT, valores que são um indicativo de que houve, de facto, um crescimento do concelho durante o ano de 2023. -----

- **Ana Rita Martins**, respondendo às palavras do Sr. Presidente, quando este referiu que em 2013 encontrou as contas “más”, disse que se assim fosse, em 2013, não havia um resultado líquido positivo, ao contrário do que agora acontece. Já sabe que depois é contada a velha história de que apanharam as contas muito más e andam desde então, a pôr as contas muito boas. Contudo, acha que as contas não estão muito boas, como verifica nesta prestação de contas, pois relativamente ao ano anterior, o resultado líquido é negativo, sendo a taxa de execução de



2024.04.29

ATA N.º 3 / 24

FL. N.º 86

7 - 2

49,34% que até se poderia dizer ser significativa em comparação com anos anteriores, em que esta foi inferior. No entanto, questionou o facto de terem ficado por executar mais de 5 milhões de euros, pois que, somente 25% são despesas de capital, quando, por norma, deviam ser 40% de despesas de capital e 60% de despesas correntes, considerando que 25% é uma percentagem muito baixa, concluindo que poderia haver mais execução do lado do investimento. -----

Sobre o Relatório de Contas, disse ter bastantes alterações permutativas, quase uma alteração por semana, tendo verificado, no orçamento aprovado nesta Assembleia Municipal, 2 alterações modificativas aprovadas na Assembleia e 47 alterações permutativas, revelando esta sistematização, uma gestão com falta de um planeamento estratégico, usando a expressão “um bocado ao calhas”. -----

Acha que um dos maiores problemas das contas são os elevados custos, quase não havendo receitas para fazer face a esses custos, havendo, em termos de custos correntes e custos fixos, números cada vez maiores e que põem em causa a sustentabilidade financeira da própria Câmara Municipal. -----

Ao analisar o mapa de empréstimos somente viu que tinha os valores amortizados de capital e os valores dos juros, não encontrando as respetivas taxas, querendo, por isso, informação sobre a taxa média efetiva dos empréstimos e a taxa média efetiva dos juros dos depósitos, porque provavelmente a Câmara está a contrair empréstimos a juros superiores aos juros dos depósitos a prazo e, considerando haver “dinheiro parado”, porquê pedir empréstimos. -----

Disse ser sistemática, a entrega do Relatório dos ROC da análise da Prestação de Contas, a esta Assembleia que é um órgão fiscalizador, na hora da apresentação das mesmas e não antecipadamente, devendo, em sua opinião, ser dado o acesso a este tipo de documentos atempadamente, pois a sua entrega no momento em que o vereador do pelouro faz uma intervenção sobre o assunto, não permite a sua leitura atenta, para posteriormente poder emitir a sua opinião,

2024.04.29

pedindo ao Dr. Rui que lhe explique o conteúdo do relatório, especificamente, a sua opinião quanto aos resultados. -----

- **Ana Raquel Pinheiro**, sobre as contas apresentadas, disse manter o mesmo alerta de outros anos, quanto à sustentabilidade financeira do município. Da sua análise, relativamente à evolução da estrutura dos rendimentos obtidos, verifica, em termos de fiscalidade, um aumento de verbas na rubrica de impostos, contribuições e taxas, sendo de 5 milhões de euros, a cobrança feita aos cidadãos em impostos, taxas, tarifas, evidenciando-se a subida na taxa de saneamento, 18%, valor acima da inflação.-----

Sobre a evolução dos gastos do município, referiu que verificou um forte aumento predominante na rubrica de fornecimentos de serviços externos, seguida dos gastos com pessoal. -----

Sobre a execução do plano plurianual, verificou na página 28, a baixa execução no desporto, 2%, no saneamento, 12% e no turismo 12%. -----

São palavras chave, o equilíbrio orçamental e a saúde financeira, mas pela análise da página 39 e 28, consegue perceber um bocadinho daquilo que é a sustentabilidade e a saúde financeira do município, ou seja, existe uma estrutura com um aumento nos gastos e baixas execuções. -----

Sobre o abastecimento de água, existe um resultado líquido negativo de -650000, que considera nada satisfatório. -----

- **Manuel Correia de Campos** disse ser bom haver excedentes de 1 ano para o outro, querendo deixar uma pergunta “no ar”, se não haveria umas “faturinhas” do ano passado, de uns milhares de euros, que não foram pagas, pois considera que os 800 mil euros respeitantes à cobrança de água e saneamento, ultrapassariam 1 milhão de euros de receita, se fossem bem cobradas. -----

Disse ter enviado, há uns anos, um relatório para a Câmara Municipal sobre as ligações, o qual deve ter desaparecido, dado manter-se tudo na mesma, e fala



2024.04.29

ATA N.º 3 / 24

FL. N.º 87

porque aqueles que não pagam água nem saneamento, são os que mais lixo produzem, e muitas das vezes, quando chove despejam as fossas para a rua, havendo outros que fazem ligações clandestinas. Acrescentou que neste aspeto devia ser cumprida a lei, pois onde passa rede, deve ser efetuada a ligação e ser cobrada a taxa, aproveitando o município os recursos existentes, que até são os mais baratos do Distrito de Aveiro. -----

- **José Soares de Almeida** referiu ter ouvido em intervenção anterior, que a Câmara Municipal tinha apresentado um resultado negativo em 2023, como se isso tivesse consequências trágicas ou pusesse pôr em causa o equilíbrio financeiro do município ou a sua sustentabilidade, dizendo, por isso, que em 2022, ano das últimas contas que existem disponíveis, que no país houve 146 municípios que tiveram resultado líquido negativo, não podendo ser colocada em causa a estabilidade desses municípios. -----

Deu alguns exemplos, como o da Câmara Municipal de Lisboa que em 2021 apresentou um prejuízo de 101 milhões de euros, sabendo-se que é uma cidade pujante e que cresce e que está sustentável. Muitas capitais de distrito tiveram o mesmo tipo de resultado e que, aqui bem perto, o município de Ovar, em 2021 teve um prejuízo de 6 milhões de euros e em 2022, de 5,5 milhões de euros, sabendo-se que não é um município que esteja com risco de sustentabilidade financeira. ---

Disse haver uma forma de contornar a questão, conforme referido até pela Dr.ª Raquel Pinheiro, e pode ser confirmado na página 39, nas atividades, nomeadamente, a nível de produtos vendidos e serviços prestados durante 2023, dando a exemplo, o abastecimento de água que gerou um resultado negativo de 652 mil euros, nas refeições escolares de 943 mil euros, entre outros exemplos sendo possível efetivamente reverter este saldo para positivo, bastando para isso, aumentar os preços da água, entre outros serviços que são prestados que poderão

2024.04.29

ser pagos a preços mais baixos se lhes reduzir a qualidade, como é o caso das refeições escolares. -----

Concluiu dizendo que o executivo deve governar para as pessoas e não para os resultados contabilísticos, como parecem querer algumas pessoas. -----

- **João Carvalho da Silva** agradeceu o mote dado pelo deputado municipal José Soares para a sua intervenção, que vai ser sobre o governo do executivo e a disponibilidade de rede de água e saneamento a alguns munícipes que são servidos por redes de água de diferente concelho, pagando os impostos neste concelho, por ser o concelho de residência; neste aspeto, considera haver um concelho sem igualdade de oportunidade para todos. -----

Sobre as contas, disse que lhe lembram as contas de 2013, pretendendo comentá-las dali a três meses, dado que aquele já tinha afirmado que a Câmara Municipal estava muito bem de saúde financeira e depois surge um empréstimo. --

Sobre os investimentos e desenvolvimento do concelho deu a exemplo o arruamento que o serve, entre Teamonde e os Paços do Concelho, dizendo ter demorado imenso tempo, devido às imensas obras e máquinas que obstruíam a passagem, comparando Teamonde à cidade de Nova Iorque, acrescentando que não se pode comparar o município de Vale de Cambra a outros municípios, mesmo que vizinhos de Vale de Cambra, porque são incomparáveis, porque em Vale de Cambra há munícipes que pedem bens de primeira necessidade e que, vendo que as contas estão a “derrapar” e não têm os seus problemas resolvidos, fazem perguntas, não sendo uma análise dos números, fria, crua e dura, a resposta que pretendem ouvir, mas sim que as contas estão como estão, porque nos próximos 10 anos a rede de água e saneamento será uma realidade, será executada face às contas certas que tanto frisa o Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Deixou a promessa de, em 3 meses, vir ao púlpito demonstrar que tem razão em relação aos comentários agora proferidos relativamente às Contas.-----



2024.04.29

ATA N.º 3 / 24

FL. N.º 88

(Handwritten signature)

- **José Soares de Almeida, respondendo**, disse haver um equívoco quanto à perspetiva do deputado municipal João Carvalho da Silva, porque o investimento tem impacto direto no Saldo Orçamental, não se refletindo no Resultado do Exercício, como acontece com os custos correntes e as receitas correntes. Daí não estar em causa qualquer sustentabilidade financeira, desafiando qualquer deputado municipal a provar se é isso que entendem que está a acontecer. -----

- **João Carvalho da Silva, novamente no uso da palavra, respondeu**, dizendo ser usada a comparação de municípios, mas só em certos aspetos, questionando se efetivamente o investimento trás ou não, receitas? afirmando que em sua opinião um investimento trás sempre um retorno financeiro para o município. Nesse seguimento, deu a exemplo a abertura do Centro de Artes e Espetáculos, cuja inauguração tarda, comparando, jocosamente, a situação às obras de Mafra, tal como o Centro Interpretativo da Serra da Freita, que também existe há imenso tempo sem inaugurar, não dando mais exemplos, em termos de obras, por não haver mais obras por inaugurar, disse. -----

Pede, assim, ao deputado municipal José Soares de Almeida que explique aos valecambrenses, a razão de não existir um investimento e o município ter as contas como estão. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que prestou esclarecimentos: -----

Pretende dizer que, em primeiro lugar, o município tem feito investimentos, muitos deles já referidos pelo deputado municipal José Soares, mas muitos desses investimentos não se veem, mas passam pela prestação de serviços, serviços que as pessoas querem e aos quais têm direito, como é por exemplo, o caso das refeições escolares, o apoio às escolas, os transportes escolares, o apoio na área social, que é sempre feita de uma forma, um pouco discreta, porque quando se fala

de questões sociais, questões, por natureza sensíveis, de famílias que vivem com algumas dificuldades, o apoio é feito com discrição. -----

Disse ainda que há um sem número de apoios que são concedidos pelo município, mas que havia uma tendência, transversal a todos os partidos, de só valorizar o alcatrão, o cimento, ficando todo o resto que fuja dessas áreas, sem o devido valor, mas tem feito muitos investimentos, possivelmente sem visibilidade suficiente. -----

A Câmara Municipal é acusada de não ter investido em água e saneamento, mas nos últimos anos têm sido feitos investimentos de vários milhões de euros, em Fuste, em Função, em Sandiães, em Santa Cruz, em Cavião, a par do que está presentemente a fazer-se, mesmo com o atraso nas obras, atraso que não foi culpa da Câmara Municipal e continuarão a investir, pelo que, afirmações de que o executivo não tem feito absolutamente nada a nível das infraestruturas básicas, não corresponde minimamente à realidade. -----

Reafirmou que o município não tem em risco a sua sustentabilidade. -----

- **Ana Rita Martins** pediu a resposta à sua pergunta, sobre a taxa média efetiva da taxa de juros dos depósitos e dos empréstimos e perguntou se o Dr. Rui Pinho poderia explicar o relatório que entregou. -----

Ausentou-se por alguns minutos, o Sr. Presidente da Câmara, delegando a representação da Câmara Municipal ao Sr. Vice-Presidente, António Alberto Gomes, regressando ainda durante a intervenção infra. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente que esclareceu a deputada municipal quanto à média das taxas tidas com os empréstimos, dizendo que estas são apresentadas para aprovação com as condições de empréstimo e, o acesso à documentação que recebeu aquando da sua aprovação, tem a informação pedida, mas que lhe faria chegar os documentos com esses dados. -----



2024.04.29

ATA N.º 3 / 24

FL. N.º 89

Relativamente ao relatório, o revisor oficial de contas envia sempre com alguma antecedência uma minuta do documento o qual entrega em reunião de Câmara Municipal, fazendo questão, o Sr. Dr. Rui Pinho, de entregar o original ao órgão a quem ele responde, que é a Assembleia Municipal e que estando este presente na sessão, poderia explicar a questão da E-Redes e da comparabilidade dos Resultados. -----

No uso da palavra, o Sr. Dr. Rui Correia de Pinho, Revisor Oficial de Contas, cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa, todos os presentes.-----

Primeiro que tudo, quis deixar a informação de que o trabalho do Revisor Oficial de Contas é realizado com independência em relação ao município e respetivos serviços. -----

De seguida explicou que o Relatório foi disponibilizado ao executivo, em minuta, sendo, como em todos os anos, entregue o original na sessão da Assembleia Municipal. Referiu haver nele uma menção de uma questão que ultrapassa o município, falando especificamente quanto ao funcionamento do sistema de energia elétrica que vigora em todo o país, mais propriamente, na concessão em baixa tensão que o Município de Vale de Cambra e todos os municípios concederam ao grupo EDP, apesar de ser um negócio de cada município, tal como a captação de água no qual, cada um, como Vale de Cambra, tem captações próprias. No caso concreto de Vale de Cambra, as concessões que foram concedidas há vinte e tal anos à EDP DISTRIBUIÇÃO, terminaram, podendo ser feita a reversão da concessão, ficando, se assim o entenderem, com o negócio da produção de energia elétrica em baixa tensão, da qual atualmente a E-Redes faz a exploração. Como as normas contabilísticas dizem que, quando uma concessão é do município, deve ser contabilizada nas contas do município, surge essa menção. Contudo, nem Vale de Cambra, nem outros municípios, têm

informação completa e correta, havendo perspectivas divergentes, pelo que quis deixar, sobre o assunto, uma perspectiva contabilística por esta também ser uma questão de negócio, referiu. -----

Fazendo um paralelismo com outras competências, como no âmbito da transferência das competências na área da educação, da ação social, da saúde, disse haver em todas estas um maior ou menor prejuízo que se reflete nas Contas da maior parte dos municípios, valores que, como os desta concessão em baixa tensão, ainda são desconhecidos, podendo sentir-se muito ou não, tendo em conta o tamanho do município. -----

A nível nacional, existe, assim, um problema que se prende com transferir a operação desta baixa tensão a qualquer município que quiser ser operador, o que, a acontecer, obrigaria a que lhe fossem transferidas as infraestruturas, todos os sistemas informáticos, as pessoas e todos os contratos, o que é muito difícil de acontecer e geraria uma grande complicação. Por isso é que a E-Redes não dá a informação toda e, para que se tenha uma ligeira noção, só o seu património ronda os três milhões e meio de euros, informação relativa a 2022; os Ativos supra municipais não pertencem somente a Vale de Cambra, pertencem a um conjunto de municípios; por exemplo, o sistema informático que é único, não se conseguindo fazer um sistema informático só para Vale de Cambra, porque se trata de uma operação da rede, num sistema comum; tem técnicos da baixa tensão que não podem operar unicamente a nível concelhio, seja o concelho grande ou pequeno.-

Disse haver uma teoria de que quando uma concessão é reversível, isto é, que pode voltar para o município, devia estar nas contas deste a zero, mas não está, como por exemplo, acontece na Infraestruturas de Portugal entre outras, onde se chega ao fim da concessão, a zero. Na concessão em causa, se um município quiser resgatar a concessão, tem de fazer um pagamento, apesar da Regulamentação. Toda a questão passa pelo acompanhamento da nova legislação



sobre a energia e, tendo havido uma manifestação de interesse para que os municípios ficassem com as concessões, logo saiu uma nova legislação sobre o negócio da energia, que, em sua opinião, poderá interessar e ser um negócio muito rentável para uma associação de municípios ou para os municípios grandes, basta ver as contas do EDP e o que representa nestas, a baixa tensão. Vale de Cambra sozinha, não seria solução, mas poderia juntar-se, por exemplo, com Área Metropolitana do Porto. Sobre as Contas do município, como não têm informação total, como já referido, acharam por bem pôr uma referência, uma menção, e não ativos e passivos que não estavam certos. -----

Sobre a questão da tecnicidade contabilística, a informação diz que o Relatório devia ter sido também relatado por segmentos, como a educação, a saúde, a ação social, mas nos municípios já existe essa informação sobre a gestão, conforme página 39 e anteriores do Relatório de Gestão, de acordo com a Contabilidade Orçamental, que dispõe dessa informação. Sobre a informação segmentada, disse que se há um setor público que tem informação, esse setor é o dos municípios, onde existe contabilidade patrimonial, financeira, orçamental, de gestão, não achando ser uma “não conformidade”, mas sim uma interpretação, não haver mais uma, por segmento, que tornaria o sistema de controlo ainda mais complexo. -----

O Sr. Presidente da Mesa agradeceu o esclarecimento ao Sr. Dr. Rui Correia de Pinho. -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal também agradeceu o esclarecimento, referindo que a questão da eletricidade em baixa ou da energia em baixa, tem sido abordada várias vezes, noutros fóruns, nomeadamente na Área Metropolitana do Porto, sendo este, um processo complexo, que envolve muitos interesses instalados, mas o assumir das redes de forma municipal e de forma autónoma, iria trazer um problema sem fim aos

2024.04.29

municípios, porque verificada a capacidade instalada da E-Redes própria ou contratada e se se fizesse a transposição para os municípios, os próprios municípios teriam de responder aos problemas da rede, aos problemas das avarias, substituição de cabos, entre outras e, sem know-how, sem técnicos, sem nada, iria ser tudo de resolução e saída muito difíceis. -----

Para responder ao Sr. Manuel Campos, Presidente da União das Freguesias, deu a palavra ao Sr. vereador José Alexandre Pinho.-----

No uso da palavra, disse não poder deixar passar em claro determinadas afirmações como uma que ouviu, de que haveria oitocentos mil euros de faturas de água por cobrar, dizendo ser falso, pois que, há muitos anos que a questão das dívidas de água se estabilizou, sendo feito um trabalho muito meritório por parte da DASU, na triagem mensal de todas as dívidas de água, sendo levantados, todos os meses, algumas dezenas de processos de execuções fiscais para cobrança de dívidas de água, tendo, de momento, a Câmara Municipal mecanismos para agir sobre quem não paga as faturas de água. -----

Ausentou-se momentaneamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, delegando a representação da Câmara Municipal, ao Sr. Vice-Presidente, António Alberto Gomes, que a representou até à intervenção infra do Sr. Manuel Campos.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais inscritos: -----

- Ana Raquel Pinheiro, disse ter voltado ao púlpito para questionar o executivo em funções, se considera ser um investimento em saneamento, 47mil euros? -----

Em complemento do referido pela sua bancada quanto aos impostos, especificamente, sobre a fiscalidade do município, disse não ser intenção dizer que querem aumentar ou que são a favor do aumento dos impostos, das tarifas ou dos



2024.04.29

ATA Nº 3 / 24

FL. Nº 91

apoios sociais, mas sim, sobre o valor que cada cambrense paga ao município, que se estima em cerca de 255 euros, pretendendo entender de que forma é o mesmo aplicado ou devolvido porque existem várias formas do dinheiro ser devolvido a cada um, porque existem os regulamentos pelos quais podem ser obtidas isenções, benefícios fiscais, entre outros benefícios que o executivo poderia optar como medida compensatória. -----

- **Manuel Correia de Campos**, disse ter pedido a palavra, para frisar que não se queria referir a faturas por cobrar, mas sim à água que passa na conduta e não é cobrada; disse que a Câmara devia fazer como o município de Oliveira de Azeméis, onde, desde que exista conduta, os munícipes pagam a taxa e assim, a Câmara Municipal em vez dos 800 mil euros, poderia receber mais de 1 milhão de euros; contudo, disse ter conhecimento da existência de dívidas de valores avultados, que nunca foram cobrados, mas isso eram outras realidades, interessando-lhe sobretudo o bem da população, dos que o elegeram e que todos sejam tratados por igual, nomeadamente, os Presidentes das Juntas da Freguesia, pois falando por si, que representa 3 Freguesias, nestes últimos 10 anos, a sua Junta foi penalizada em mais de 200 000 euros, isto sem falar de promessas, pois que aí, seria muito mais, assim como as restantes Juntas de Freguesia. -----

Concluiu dizendo “devemos apostar hoje, para ganhar no futuro pois o que hoje se faz com 5, “amanhã” custa 100”. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra diretamente ao vereador do pelouro, para que preste os esclarecimentos em relação às últimas intervenções feitas pelos deputados municipais. -----

No uso da palavra, o vereador **José Alexandre Pinho**, sobre esta última intervenção, disse ter ouvido falar da falta do pagamento de faturas, daí a sua resposta sobre o atual formato de cobranças de faturas respeitantes à ligação de água, achando também estranho a sua alusão a valores. -----

2024.04.29

Relativamente à transferência de competências, embora não seja na sua área de competências recorda que ainda no anterior mandato, foi aumentada a transferência de valores para as juntas, achando estranho o Sr. Manuel Campos afirmar que recebeu zero. Acredita que seja sempre insuficiente para o que as juntas de freguesia queiram fazer, mas que tal afirmação era, mais uma vez, falsa.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou o ponto à votação. -----

A Assembleia Municipal, com 6 votos contra das bancadas do PS e do PSD, deliberou, por maioria dos 26 membros presentes, aprovar os documentos de Prestação de Contas do ano 2023, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2, do artigo 25.º do RJAL, conforme deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 16/04/2024. -----

Declaração de voto da bancada do PS: “Votamos contra, pois os dados apresentados, demonstram de forma cabal, que as contas municipais se encontram numa trajetória pouco sustentável, incapaz de fazer face aos desafios futuros.” ----

Declaração de voto da deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins: “Voto contra, uma vez que, tal como aconteceu em anos anteriores, as taxas de execução continuam relativamente baixas, como é o caso do saneamento. Outra situação que sustenta a minha opinião, é a subida contínua e substancial das despesas face às receitas, o que pode pôr em causa a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal.” -----

Ausentou-se da sessão, o deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva.

3. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2023: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais inscritos:

- **Ana Rita Martins** disse ser sua intenção votar a favor por ser manifestamente uma aplicação contabilística e o resultado ter de passar para os resultados transitados. No entanto, este valor é algo que, mais uma vez, evidencia



2024.04.29

ATA N.º 3 / 24

FL. N.º 92

que a gestão não está como devia estar, porque transitar um resultado líquido, nunca é positivo. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que apenas quis deixar uma resposta à intervenção da deputada municipal, referindo que o Sr. Dr. Rui Pinho, já tinha prestado esclarecimentos sobre a questão, tendo sido clara e inequívoca, a explicação dada quanto aos resultados negativos. -----

O ponto foi colocado à votação: -----

A Assembleia Municipal, com os votos contra das bancadas do PS e do PSD, deliberou, por maioria dos 25 membros presentes, aprovar a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2023, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 16/04/2024. -----

Declaração de voto da bancada do PS: “Por tudo o que dissemos na Prestação de Contas, votamos contra.” -----

Regressou à sessão, o deputado municipal João Paulo Carvalho da Silva. ----

4. SUSPENSÃO DO PAEL: -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais: -----

- **José Soares de Almeida**, a propósito de derrapagem de contas tão falada na presente sessão, referiu não serem precisos três meses para esclarecer a questão, mas apenas três pontos da Ordem de Trabalhos, porque agora poderia explicar que em 2012 saiu um Programa de Apoio à Economia Local para que as Câmaras Municipais, que tinham dívidas em atraso, pudessem regularizar essas dívidas. -----

A Câmara Municipal de Vale de Cambra tinha uma dívida vencida há mais de 90 dias e teve de aderir ao Programa e contrair um empréstimo de 2.145.000,00 euros, dado que a dívida era muito elevada, considerando ser esta sim, uma situação de derrapagem. Atualmente, as contas evidenciam um prazo médio de

2024.04.29

pagamento de apenas 15 dias e um saldo de fornecedores de cerca de 300 mil euros, não sendo propriamente um exemplo de derrapagem. -----

Sem mais intervenções, -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 26 membros presentes, aprovar a proposta de suspensão da aplicação do Plano inerente ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 16/04/2024. -----

5. MAPA DE PESSOAL 2024 - 1ª ALTERAÇÃO: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal

que pediu ao vereador do pelouro os devidos esclarecimentos: -----

O vereador José Alexandre Pinho referiu que esta alteração com a criação de novos lugares surgiu dada a candidatura da Câmara Municipal ao PRR, no âmbito do Radar Social, que obriga à existência e ocupação de 2 vagas no quadro na carreira de técnico superior, sendo a contratação financiada a 100%, conforme o posicionamento remuneratório que equivale ao vencimento previsto no Aviso de abertura de candidaturas ao programa Radar Social. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais: -----

- **João Carvalho da Silva,** usando o mote do deputado municipal José Soares de Almeida relativamente ao pagamento a fornecedores, frisou, disse que três meses ou mais, estão os colaboradores da Câmara Municipal à espera das suas avaliações de desempenho. Pediu, por isso, o ponto de situação da atribuição da nota da Avaliação de Desempenho aos colaboradores, por ter tido conhecimento por uma colaboradora da Escola das Dairas que diz ainda não ter a avaliação feita, e ter-lhe constado que já existem notas atribuídas a quadros superiores. Apelou ao executivo da Câmara Municipal de Vale de Cambra, para que use o mote ideológico e partidário do CDS PP, para garantir a equidade, a responsabilidade social e garantir aos que ganham menos, possam ter acesso a uma progressão de



2024.04.29

ATA N.º 3 / 24

FL. N.º 93

8-1-8

carreira igual àqueles que ganham mais, considerando este um importante fator que garante a motivação de quem trabalha, além de ser uma questão de sobrevivência nas suas vidas, para alimentarem as suas famílias, fazendo face às dificuldades e crise que o país e o mundo enfrentam. -----

Diz pretender analisar as promoções de todos os colaboradores por estar realmente preocupado perante os relatos que lhe chegam, que considera não serem os melhores, tendo em conta o estado em que as pessoas se encontram, preocupadas e apreensivas. -----

Tal como disse o vereador do pelouro, a Câmara tem muitos colaboradores, sendo isso uma verdade, contudo trabalha numa instituição que tem 3000, não considerando ser esse facto, motivo para as coisas não acontecerem, apelando novamente à conclusão do processo para que as pessoas que ganham menos tenham possibilidade de ter acesso às promoções e progressões na carreira de igual modo que os quadros superiores do município. -----

- **Manuel Correia de Campos** pergunta quantos trabalhadores tem atualmente a Câmara Municipal, porque em 2014 tinha 200, somados aos cerca de 85 trabalhadores que agora se juntaram em resultado da delegação de competências das escolas, pelas suas contas, e se não se engana, têm um funcionário da Câmara Municipal por cada 40 valecambrenses. Precisa saber em termos de vínculo, quanto estão no quadro, quantos estão contratados, quantos estão em situação de prestação de serviço. -----

Disse ainda ter verificado que se paga 3500 euros a um técnico, para este ensinar a reciclar, coisa que, em sua opinião, toda a gente sabe fazer, e que, sendo preciso um estudo disto e daquilo, também se pagam milhares de euros. -----

- **Ana Rita Martins** disse que, tal como afirmou em anos anteriores, não é contra o aumento dos recursos humanos, caso sejam necessários para fazer face a eventuais trabalhos, atividades, projetos, tudo o que seja necessário. No entanto,

2024.04.29

ressalva que de ano para ano há um aumento a nível dos custos fixos de 60%, dando a exemplo que, de 2022 para 2023, a nível de subcontratados, a Câmara Municipal teve um aumento de 483 mil euros; em trabalhos especializados, teve um aumento de 274.3 mil euros; em encargos com pessoal teve um aumento de 619.800 euros, o que resulta num aumento em termos de encargos com o pessoal, no valor de 1.377.100 euros, considerando ser este um valor significativo que começa a ser uma carga grande para o município e, em sua opinião, poderia ser feito um estudo ou uma auditoria, porque às vezes, há recursos que podem ser realocados, podem ser redistribuídos de forma a ter outro tipo de organização, sem ter de estar a contratar mais recursos humanos. Por não ter informação suficiente na área, não saber se efetivamente os recursos são necessários ou não, deixa apenas estas considerações e a sugestão. -----

- **José Soares de Almeida**, sobre as variações dos custos com pessoal identificadas pela Dr.^a Ana Rita Martins, pediu que lhe confirmassem se estariam corretos os valores, por não serem diretamente comparáveis de 2023 com 2022, dado que, as variações, lhe parecem ser resultado da transferência de competências na área da educação, que são parte significativa do aumento dos custos com pessoal, o que aconteceu no decorrer do ano de 2022, não se repercutindo na totalidade do ano. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos: -----

Respondendo à questão colocada pelo Sr. Manuel Campos, este disse ter sido disponibilizada a informação pedida, nos documentos apensos à convocatória, mas que neste momento existem 318 postos de trabalho ocupados, nada mais tendo a acrescentar. -----

De seguida disse ser importante que o PSD se alinhasse porque a deputada municipal Ana Rita Martins fala nos gastos supostamente excessivos com pessoal



2024.04.29

ATA N.º 3 / 24

FL N.º 94

e o deputado municipal João Carvalho da Silva diz que a Câmara Municipal deve gastar mais, remunerando melhor os trabalhadores. Sobre remunerações, disse haver uma tabela salarial imposta por lei, os colaboradores têm uma avaliação que é feita cumprindo as normas estipuladas na lei, não mais podendo acrescentar. ---

Sobre os custos com prestações de serviço externo, deu a exemplo, o Revisor Oficial de Contas, entidade externa que presta um serviço à Câmara Municipal, tendo de recorrer a este sistema de contratação, sempre que há necessidade de fazer estudos especializados para os quais não tem pessoal específico, nem haver meios suficientes para responder a tantas solicitações. -----

Disse ter havido nos últimos tempos uma grande necessidade de projetos, tendo muitos deles sido feitos externamente, porque atendendo à exiguidade do número de pessoas que compõem os serviços técnicos, não existe capacidade de desenvolver tantos projetos. Considera ser esta uma realidade dos municípios, que está diretamente indexada à vontade de todos em ter mais realizações, mais execuções, mais uma série de coisas que devem acontecer no município, mas depois, quando elas acontecem, fazem-se afirmações deste tipo, que se gastou mais dinheiro. -----

De seguida o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao vereador do pelouro: -----

- **O vereador José Alexandre Pinho** pretende retificar a informação tida pelo deputado municipal João Carvalho da Silva, que não está correta, dizendo-lhe que o processo avaliativo já teve as notas atribuídas devidamente homologadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, nos termos da lei e, desde os assistentes operacionais, assistentes técnicos aos técnicos superiores, todos foram avaliados. Contudo, havendo reclamações por parte quem não está satisfeito com a avaliação recebida, como acontece em qualquer empresa, tem o direito de reclamar. -----

2024.04.29

Sobre a questão do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias, respondeu ser natural o aumento dos trabalhadores verificado desde 2014 até 2024, havendo atualmente os postos de trabalho nas modalidades que constam do Mapa de Pessoal fornecido, não constando neste, qualquer contratação no âmbito da prestação de serviços por não ser de lei. -----

À deputada municipal Ana Rita Martins, respondeu que com a presente alteração ao Mapa de Pessoal, não haverá aumento do número de recursos humanos no ano de 2024. -----

- **João Carvalho da Silva**, pedindo a palavra, disse concordar em absoluto com o proferido pela deputada Ana Rita Martins, da sua bancada, tendo sido outro, o tema da sua intervenção, pedindo ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que não distorça o que diz, o que se torna já um hábito; o que falou, foi somente sobre a igualdade de oportunidade entre colaboradores e de que tenham por igual, a hipótese de progredir segundo a avaliação de desempenho, para que haja justiça social em relação a todos os recursos humanos do município, mesmo cumprindo a lei. Compara a quota disponível para promoção dos colaboradores, a um bolo que é dado a 3 ou 4 colaboradores, 3 a 4 anos seguidos, havendo, em sua opinião, outras formas de distribuição e ainda assim cumprir a lei, como o vereador do pelouro referiu; referiu ainda que o processo avaliativo já foi feito, mas se foi feito, essa informação deveria ter sido dada a todos os colaboradores, pois a mensagem que recebeu desse colaborador demonstra que não sabe como está a ser feito, quem está a ser promovido, sentindo-se preocupado por essa razão, querendo por isso saber o ponto de situação do SIADAP, para quando souber os resultados dessa avaliação, saber se o “tal bolo”, ou seja, a quota foi dividida por 3 ou 4 ou por mais gente. -----

Sobre a questão de direitos dos colaboradores, disse ter sido Delegado Sindical e a Câmara Municipal terá de se habituar à sua posição, pois estará



2024.04.29

ATA N.º 3/24

FL N.º 95

sempre atento e defenderá sempre as pessoas, nomeadamente os mais desfavorecidos, os que querem trabalhar, por ser algo intrínseco à sua pessoa.----

Relativamente aos trabalhadores do município que se entregam e que trabalham, disse estarem no direito a serem promovidos, a progredirem nas carreiras e a atingirem os objetivos máximos, tal como o próprio vereador que tinha a ambição de chegar a vereador e chegou e, quem sabe a presidente, ambições que igualmente tem e, todos têm ambições de chegar ao topo da sua carreira e não estar à espera que o “bolo” se divida apenas por 2 ou 3. -----

Sem mais intervenções; -----

A Assembleia Municipal, com 1 voto contra do deputado municipal e Presidente de Junta da União das Freguesias de Vila Chã, C. E V.C. Perrinho Manuel Correia de Campos e com 1 abstenção da deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins, deliberou por maioria dos 26 membros presentes, aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal 2024, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 16/04/2024. -----

Declaração de voto do deputado municipal e Presidente de Junta da União de Freguesias, Manuel Correia de Campos: “Voto contra, porque não foi esclarecida a pergunta que eu fiz, ouvi uma voz que eram trezentos e tal, mas eu sei que são quatrocentos e tal, contas todas feitas deve chegar aos quinhentos ou passa, portanto se não me responderam, eu voto contra.” -----

Declaração de voto da bancada do PS: “Votamos favoravelmente no pressuposto que este aditamento não representa um aumento das despesas fixas do Município.”

Declaração de voto da deputada Municipal, Ana Rita Fernandes Martins: “Abstenho-me, pois para além do valor excessivo de gastos com o pessoal, que ano após ano aumenta, também não considero ter informação suficiente e nem condições para votar a favor. Queria ainda sugerir a realização de uma auditoria.”

6. SEGUNDO ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – AUTORIDADE DE TRANSPORTES, ENTRE A AMP E O MUNICÍPIO E RESPETIVO COMPROMISSO PLURIANUAL:

Sem pedido de esclarecimentos. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 26 membros presentes, aprovar a celebração do segundo aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências – Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município e respetivo compromisso plurianual, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 16/04/2024. -----

7. CONCESSÃO DE ACORDO PRÉVIO FAVORÁVEL À TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA A AMP NOS DOMÍNIOS DA EDUCAÇÃO, SAÚDE, AÇÃO SOCIAL E TRANSPORTES EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES: -----

Sem pedido de esclarecimentos. -----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade dos 26 membros presentes, aprovar a concessão de acordo prévio favorável à transferência de competências do Estado para a Área Metropolitana do Porto, previstas nos diplomas setoriais, nos domínios da educação, saúde, ação social e transportes em vias navegáveis interiores, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 16/04/2024. -----

8. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PELA OCUPAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO SOLO A AFETAR A POSTO DE CARREGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS: -----

Sem pedido de esclarecimentos. -----



2024.04.29

ATA N.º 3 / 24

FL. N.º 96

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade dos 26 membros presentes, aprovar a isenção do pagamento de taxas pela ocupação de lugares de estacionamento e utilização do solo a afetar a posto de carregamento de veículos elétricos, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 16/04/2024. -----

9. REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que referiu ser um processo acompanhado pelo vereador do pelouro, André Silva, dando-lhe a palavra: -----

O vereador André Silva disse ter surgido a necessidade de fazer uma nova proposta de regulamento que fosse mais equilibrada, mais equitativa no sentido de aplicar os apoios financeiros e logísticos da melhor forma possível, dado que o anterior regulamento de apoio ao associativismo datava de 2003 e se encontrava desajustado da realidade associativa do concelho. -----

Da proposta de regulamento, foi dado conhecimento a todas as associações do concelho e foram recebidos apenas dois contributos, no sentido de que as associações sediadas no interior do Concelho tivessem uma majoração em relação às outras sediadas aqui na zona mais central da cidade, o que foi aceite, por ser também esse, o entendimento da Câmara Municipal. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais inscritos:

- **João Carvalho da Silva** agradeceu o esforço que tem sido feito pelo vereador André Silva em prol do desporto e do associativismo e frisou que um há um órgão, pelo qual lutou durante alguns anos para que existisse, o Conselho Municipal de Juventude, que, sob o ponto de vista da visibilidade pública, não existe. Disse considerar o Conselho Municipal de Juventude como um órgão que tem um papel fundamental na estratégia, não só da cultura, mas também do associativismo. A propósito do assunto em análise, frisou que o município podia

criar dois mecanismos importantes que são um sucesso noutros municípios, que envolvem e estimulam os jovens - o orçamento participativo e o projeto do Jovem Autarca. Sugere que envolva as escolas, as associações, fazendo com que as crianças e os jovens, principalmente das escolas, cada vez se envolvam mais na causa pública e, quiçá, daqui a uns anos, não esteja um neste mesmo lugar onde agora se encontra, e outros nas bancadas a falarem e a discutirem ideias. Em sua opinião, só falta mesmo lançar a semente, considerando ser possível porque há jovens interessados, como já se verifica nas juventudes partidárias. -----

O vereador André Silva, no uso da palavra, respondeu que recentemente foi presente em reunião da Câmara Municipal, um documento que inclui o orçamento participativo jovem, que após consulta pública será remetido à Assembleia Municipal, para ser votado. -----

Findas as intervenções, -----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade dos 26 membros presentes, aprovar o Regulamento de Apoio ao Associativismo, ao abrigo da alínea g) do artigo 25.º do RJAL, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 19/03/2024. -----

Declaração de voto da bancada do PS: “A presente proposta merece o voto favorável por dois motivos, por um lado, pelo facto de se renovar e atualizar um regulamento que exigia, há já muito tempo, uma atualização; por outro, pelas novas formas de apoio nele contidas, principalmente na parte desportiva. Deixámos apenas o repto para que, no que respeita à Cultura, ou mesmo na bonificação aos territórios do interior do concelho, de que se continue a aprofundar este tema”. ----

10. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO - CAPÍTULOS IV, V E VI (FEIRAS, MERCADO MUNICIPAL E VENDA AMBULANTE): -----



2024.04.29

ATA Nº 3 / 24

FL Nº 97

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que referiu ser um processo acompanhado pelo vereador do pelouro, André Silva, dando-lhe a palavra: -----

O vereador André Silva informou que com a presente alteração, se pretende regularizar e tornar mais prática e mais justa a regulamentação do exercício de atividades tanto na Feira, como no Mercado Municipal, havendo dois tópicos que mereceram muita atenção por parte dos serviços, por existir uma queixa constante por parte dos comerciantes relacionada com as taxas cobradas aos lojistas do Mercado, nomeadamente a taxa sobre o não pagamento atempado, cujo valor aumentava consideravelmente a partir do primeiro dia útil da falta de pagamento, tendo, nesta alteração, essa situação desaparecido. -----

Outro ponto prende-se com a previsão no regulamento da disposição que permita aos “donos” dos lugares da feira, por morte, deixar aos familiares diretos, o uso desses lugares, o que anteriormente não era possível. -----

- **João Carvalho da Silva** no uso da palavra, pretende parabenizar mais uma vez, o vereador André Silva, pela sua atuação. Disse ter falado com ele no início do mandato, face a uma queixa que recebeu, tendo este agido de imediato, dialogado com a queixosa, tendo-lhe, então, garantido que este regulamento iria ser alterado, o que veio a acontecer, querendo, por isso, deixar as suas congratulações pela atuação. -----

Agora, disse, faltam as obras do largo da feira, considerando estas fundamentais para garantir boas condições para as pessoas que vão ao mercado, vão à feira e também aos lojistas e feirantes. Pediu por isso, que, por favor, o Sr. Presidente faça esta obra até ao fim do mandato, mas que não seja como o Centro de Artes e Espetáculos, que seja uma obra que, num dia 9 ou 23 ou num outro dia, todos possam usufruir, conviver, por ser este também, um local de cultura e convívio e que seja mais um espaço digno do município de Vale de Cambra. -----

2024.04.29

Sem mais intervenções, -----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade dos 26 membros presentes, aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração - capítulos IV, V e VI (feiras, mercado municipal e venda ambulante), ao abrigo das alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, conforme deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 02/04/2024. -----

Ausentou-se da sessão, o Sr. Manuel Correia de Campos, durante a votação do ponto. -----

11. APOIO À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA CHÃ, CODAL E VILA COVA DE PERRINHO - MARCHA POPULAR DE SANTO ANTÓNIO 2024: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Reafirmando este que a legislação obriga a que os apoios às freguesias, sejam autorizados pela Assembleia Municipal por ser sua a competência. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais: -----

- **Ana Rita Martins** disse que o valor atribuído às marchas tem aumentado ano após ano, mas que ainda continuava a ser insuficiente, conforme referido pelos responsáveis das Associações, sugerindo para o próximo ano, uma subida do valor para seis mil euros, num esforço para manter esse bairrismo, além da criação de um regulamento para a gestão da participação das marchas de Santo António. ----

Deixou mais uma sugestão, para que o saldo existente na rubrica fosse redistribuído pelas oito marchas, uma vez que durante o ano, não vai haver mais nenhuma, o que daria um apoio de mais setecentos e cinquenta euros a cada uma.

O Sr. Presidente da Mesa deu novamente a palavra ao Sr. Presidente de Câmara Municipal, para esclarecimentos: -----



2024.04.29

ATA N.º 3/24

FL N.º 98

9-8

Sobre esta última sugestão da deputada municipal Ana Rita Martins, disse existir esse valor disponível, mas afeto a instituições sem fins lucrativos, conforme a classificação que consta do documento, não significando que o saldo existente fique sem aplicação e não saiam valores para questões similares. -----

- **José Soares de Almeida, pedindo a palavra**, disse ser bom que se façam sugestões para o próximo ano, mas espera que a oposição vote a favor, lembrando que no ano passado votaram contra a atribuição do subsídio à marcha de Vila Chã.

- **João Carvalho da Silva, em resposta**, solicitou ao líder da bancada do CDS/PP que o esclarecesse sobre qual tinha sido o motivo, que fez com que tivessem votado contra, no ano passado. -----

Não houve mais intervenções, sendo o ponto colocado à votação. -----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade dos 25 membros presentes, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 4.800,00€ (quatro mil e oitocentos euros) à União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, pela sua participação nas Marchas Populares de Santo António de 2024, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, conforme deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 02/04/2024. -----

Regressou à sessão, o Sr. Manuel Correia de Campos. -----

Pelas 23 horas e 59 minutos, atendendo ao n.º 1, do artigo 13.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, que refere que a sessão da Assembleia Municipal não pode prolongar-se para além das 24 horas, salvo deliberação expressa do plenário, a Mesa propôs que se deliberasse a continuação da sessão. -----

Após votação, a Assembleia Municipal, por unanimidades dos 26 membros presentes deliberou dar continuidade à sessão. -----

- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações. -----

2024.04.29

Do público presente, registaram-se quatro intervenções dos munícipes, conforme se descreve: -----

- **António Augusto Tavares Gonçalves**, residente na Rua do Cimo da Aldeia em Lourosa, questionou se ia ser dada continuação às obras de água e saneamento no restante troço da estrada de Lourosa, ou se ficaria pela metade. -----

- **Rui Manuel Tavares** residente na Rua do Cimo da Aldeia, em Lourosa perguntou quando iriam ficar todos a usufruir das ligações de água e saneamento porque até agora só metade da rua é que é beneficiada e todos pagam os impostos para terem essas infraestruturas. -----

- **Manuel Martins Lopes**, residente na Rua do Cimo da Aldeia, Lourosa, referindo-se às obras na estrada onde reside, manifestou o seu desagrado pela falta das obras de água e saneamento prometidas em campanha há mais de um mandato, que ainda hoje espera, perguntando se a Câmara Municipal não tinha dinheiro para fazer mais 1000 metros. -----

- **Albano Oliveira Braga** perguntou quando ficava pronta a proposta de revisão do PDM e se podia consultar essa proposta. -----
Perguntou se tinham tido conhecimento da existência de um Presidente de Junta do CDS/PP que foi condenado pelo Tribunal, devido a atos de gestão no exercício das suas funções. -----

Sobre acessibilidades, referiu-se ao acesso na zona do lado da Arrifaninha à zona industrial de Codal, usado por camionetas com muitas toneladas de material, havendo, por isso, um maior desgaste, considerando ser importante a sua manutenção por ser um acesso a uma Zona Industrial por onde passam investidores internacionais, clientes que deixam em Vale de Cambra milhões dezenas ou centenas de milhões de euros nas suas compras.-----

Quanto ao assunto abordado na sessão sobre o processo judicial relativo à contratação de uma jurista, disse nunca ter ouvido falar deste novo processo judicial apesar de ter sido Adjunto do Sr. Presidente da Câmara Municipal num mandato e Deputado Municipal noutro. Neste processo agora falado nesta sessão, cabendo à oposição da altura, em 2015, além do combate político, a análise de todos os Ajustes Diretos, não se lembra deste



2024.04.29

ATA N.º 3.124

FL N.º 99

processo, sabendo da existência de várias assessorias jurídicas, mas nunca que o trabalho fosse feito por uma empresa de Táxis, como aludiu o deputado municipal, João Carvalho da Silva, pretendendo defender a sua imagem, dizendo ainda que pretende constituir-se Assistente no Processo, se assim o aceitar o Sr. Procurador ou o Sr. Doutor Juiz. -----

Perguntou se a informação sobre o assunto, não constava da Informação Municipal, em nome da transparência do município. -----

O Sr. Presidente da Mesa respondeu que os processos que envolvem o Município, o Presidente e os vereadores, constam da informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, conforme é fornecido pelos respetivos serviços; que não tem conhecimento do envolvimento de qualquer Presidente da Junta no que quer que seja de irregular e que será feita uma apresentação da revisão do PDM, numa das próximas sessões da Assembleia Municipal. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro que começou por dirigir-se ao munícipe Sr. Manuel Martins Lopes, dizendo-lhe que nunca se consegue fazer tudo, apesar dessa expressão ser muitas vezes proferida em campanha, porque “tudo” tem de ser contextualizado. Contudo em relação a Lourosa, admitiu que os munícipes têm todo o direito e toda a legitimidade em reivindicar de pleno direito aquilo que foi assumido, que foi fazer a Rua de Cimo de Aldeia e fazê-la até à última casa e que até à última casa será feita, apesar dos condicionalismos que obrigaram a parar as obras e que prejudicou os moradores que por fim, ficarão com todas as obras realizadas e pavimento feito, conforme previsto. -----

Respondendo à intervenção do Sr. Prof. Albano Braga, disse que a apresentação do PDM está prevista na próxima reunião de Câmara Municipal, sendo um processo longo, não por culpa da Câmara Municipal, que tem sido completamente alheia a todo esse atraso que se tem verificado, que se deve aos vários organismos aos quais está sujeito em termos de pareceres, nomeadamente a CCDR onde a Câmara Municipal tem feito tudo e tem pressionado, no sentido de conseguir ver a questão do PDM resolvida. -----

Em relação às acessibilidades da Zona Industrial Lordelo Codal, trata-se de pavimentar parte do território de Oliveira de Azeméis, o que não deve ser legal e tendo em 2022,

2024.04.29

colocado essa questão ao Sr. Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis, este foi sempre encontrando respostas para não se pronunciar sobre o que lhe foi proposto. -----
Quanto à questão do processo judicial, disse já ter respondido ao deputado municipal aquando da sua pergunta, não adiantando mais nada em relação a essa matéria. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respectivas minutas: -----

A Assembleia Municipal, após votação separada, **deliberou, por unanimidade** dos 26 membros presentes, aprovar em minuta todas as deliberações tomadas na sessão, aprovando de igual modo o respetivo texto de acordo com a minuta da ata que lhes foi distribuída. -----

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, com a presença no Salão Nobre de 26 deputados municipais, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas 00 horas e 18 minutos, da qual se lavrou a presente minuta da ata que vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa.-----

O Presidente da Mesa



O 1º Secretário



A 2ª Secretária



